



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TAMARA MOURA**

**GÊNERO E CIDADANIA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
IMPACTOS LOCAIS**

**CHAPECÓ, 2015**

**TAMARA MOURA**

**GÊNERO E CIDADANIA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
IMPACTOS LOCAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de Licenciado em Ciências Sociais da  
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora Prof. Dra. Claudete Gomes Soares

**CHAPECÓ  
2015**

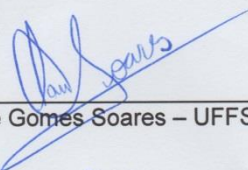
TAMARA MOURA

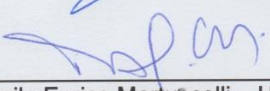
**GÊNERO E CIDADANIA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS  
LOCAIS**

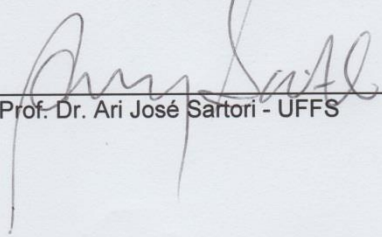
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.  
Orientadora Prof. Dra. Claudete Gomes Soares

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em  
16 / 12 / 2015

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Claudete Gomes Soares – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ari José Sartori - UFFS

Dedico este trabalho à minha militância e a todas as pessoas que contribuíram para minha formação enquanto cidadã. Não irei citar nomes, para não cometer injustiças. Não poderia concluir um curso - que foi por mim escolhido, não pensando em uma lógica profissional e de prosperidade, mas sim na satisfação e realização pessoal, pela pura busca do conhecimento (acredito que são poucos que se dão a este luxo e saio daqui convicta que menos sei) -, sem elaborar um trabalho que tivesse um cunho social, que envolvesse invisibilizados de nossa sociedade. Dedico a minha militância, pois foi por meio dela que me tornei uma pessoa mais sensível ao outro e mais humana, condições que talvez foram fundamentais para escolha deste tema. Mas também não poderia deixar de dedicar à minha família, que independente do que configure um Estatuto da Família, é minha família. Foram estas pessoas que me deram sustentação para que pudesse concluir esta graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Acredito que esta seja a parte mais difícil para escrever, principalmente para mim, pois me considero uma pessoa que tem muito a agradecer e não gosto de cometer injustiças com a falta de reconhecimento. A vida se encarregou de colocar em minha vida pessoas maravilhosas, que conscientes ou não de sua importância, são pessoas que eu tenho gratidão enorme, tanto por conhecê-las quanto pela oportunidade de convivência. Já dediquei este trabalho a todos que participaram de minha formação, mas quero além de dedicar, agradecer aos/as meus/minhas professores/as desta graduação, toda expectativa que coloquei neste curso foram superadas, vocês contribuíram e muito para a construção deste novo ser social. Agradeço imensamente a dona Maria de Lourdes Rodrigues Muller, uma liderança reconhecida na região do Distrito de Marechal Bormann, foi por meio deste ser humano que conheci “minhas mulheres” beneficiárias do Programa Bolsa Família. Também quero agradecer a estas mulheres que voluntariamente toparam expor um pouco de suas vidas para que este trabalho fosse realizado, sem a mínima consciência e com uma humildade que não lhes permite perceber da importância de nossas horas de conversas. Quero fazer aqui também um agradecimento nominal ao professor Leonardo dos Santos Leitão, que foi a primeira pessoa a me ajudar a encontrar a luz no fim do túnel e contribuiu para elaboração do projeto desta pesquisa. Quero agradecer a professora Claudete Gomes Soares, dona de uma qualificação, que com suas ponderações, fizeram que este trabalho assumisse efetivamente um papel científico, desvencilhando-me das amarras da paixão pelo tema.

Quero fazer aqui, um agradecimento especial ao Movimento Pró-Universidade, grupo que demonstra a importância da militância. Foi através deste movimento, junto à vontade política de democratização do ensino superior, que esta universidade passou a existir. Não agradeço só por mim, mas por todas as pessoas que poderão cursar um ensino superior público, gratuito e popular.

“Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízo pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão”

*Hannah Arendt*

“Dizem que não se deve dar o peixe ao povo, que se deve ensiná-lo a pescar. Mas se lhe tiramos o barco, os anzóis, a vara de pescar, temos que começar por lhe dar o peixe.”

*Pepe Mujica*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Programa Bolsa Família em uma perspectiva de gênero e cidadania, com ênfase nos impactos locais do programa. O programa tem por objetivo promover a superação da pobreza e da condição de vulnerabilidade social. Não é uma condição obrigatória que a mulher seja a titular do cartão que dá direito a receber o benefício, porém, atualmente, as mulheres representam cerca de 93% da titularidade do cartão. Dado este trabalho pelo Governo Federal como propulsor da autonomia e empoderamento da mulher beneficiária. O Programa Bolsa Família, além de uma política pública de distribuição de renda, na tentativa da diminuição da desigualdade social, também interliga acesso a outros direitos básicos como saúde, educação e assistência social, inclusive como condicionalidades para se manter no programa. Desta forma, analisaremos os dados nacionais e locais desta política pública e social, e a forma que o programa está contribuindo efetivamente e tornando as mulheres beneficiárias autônomas e empoderadas, conscientes de seus direitos e, conseqüentemente, incentivando ao direito básico, o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Política Social. Programa Bolsa Família. Mulheres. Cidadania.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze Bolsa Familia Program in a perspective of gender and citizenship, with emphasis on local impacts of the program. The program aims to promote the elimination of poverty and the condition of social vulnerability. It is not a mandatory condition that the woman is the holder of the card that entitles you to receive the benefit, but today nationally women account for about 93% of the ownership of the card. This data was worked by the federal government as a driver of autonomy and empowerment of the beneficiary woman. Bolsa Família Program, as well as a public policy of income distribution, trying the reduction of social inequality also interconnects access to other basic rights such as health, education and social assistance, including as conditionalities to stay in the program. In this way, we will analyze the national and local data of the public and social policy, and the way that the program is contributing effectively and becoming autonomous and empowered women beneficiaries, aware of their rights and consequently encouraging the basic law, the exercise of citizenship.

Keywords: Social Policy. Programa Bolsa Família. Women. Citizenship



Sumário	
1.Introdução.....	10
2.Políticas sociais de combate à pobreza: o caso do Bolsa Família .....	13
2.1 Desigualdade, pobreza e cidadania .....	13
2.2 Políticas sociais e o combate à pobreza .....	18
2.3 Desigualdades regionais: a formação da região Nordeste e região Sul.....	22
2.3.1 Formação da região Nordeste.....	24
2.3.2 A formação da região Sul.....	28
2.4 Contextualizando o Programa Bolsa Famílias: dados nacionais .....	29
2.4.1As Condicionalidades e seus impactos .....	31
2.4.1.1Impactos na educação .....	32
2.4.1.2Impactos na Saúde .....	32
2.4.1.3Impactos na economia .....	33
2.4.1.4Impactos na autonomia da mulher .....	33
2.4.2O Perfil nacional das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família .....	34
3.Políticas sociais e Gênero.....	39
3.1 Feminização da Pobreza.....	42
3.2 Programa Bolsa Família e a questão de Gênero.....	47
4.A Experiência local com Programa Bolsa Família .....	51
4.1 Dados sobre o município de Chapecó .....	51
4.2 O perfil local do beneficiário do Programa Bolsa Família .....	54
4.3 Das estatísticas para vida real: uma “prosa” com mulheres beneficiárias .....	58
4.4 Aspectos norteadores para reflexão sobre a experiência com as mulheres beneficiárias .....	63
5.Considerações Finais.....	71
6.Referências .....	74

## 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre as consequências e causas da desigualdade social em nossa sociedade é pauta diária na vida acadêmica de quem está em um curso na área de humanas. A escolha deste tema está diretamente ligada à inquietação que este debate sempre me causou. Não foi algo decidido com muita antecedência, foram várias as mudanças de tema, mas todos afunilavam em um assunto, o processo de exclusão sofrido por uma parcela da sociedade em decorrência do sistema predatório (econômico) em que vivemos.

A opressão que nós mulheres sofremos nesta sociedade machista e patriarcal, também é algo que me sensibiliza. Então, analisar a mulher beneficiária do Programa Bolsa Família, juntou, com diria o ditado popular, “*a fome com a vontade de comer.*”

Por ser abertamente uma militante de esquerda, abordar uma temática de um programa que foi justamente implantando e ampliado em um governo de esquerda, foi um tanto quanto desafiador.

O objetivo inicial deste trabalho era, através da pesquisa empírica, compreender de que forma o programa contribui para autonomia e empoderamento da mulher beneficiária, tendo em vista todas as afirmativas do governo, de que este programa está estimulando nas mulheres beneficiárias estas capacidades. Porém, como todo trajeto está suscetível a mudanças, ao dialogar com estas mulheres, constatei que era necessário começar a compreender a concepção delas sobre cidadania e, acima disto, se se percebiam como cidadãs.

As “minhas mulheres” beneficiárias entrevistadas são residentes do Distrito de Marechal Bormann. Este distrito é o berço da cidade de Chapecó-SC, por se situar na costa do Rio Uruguai, os balseiros atravessavam por este curso d'água a madeira que foi explorada nesta região. Hoje, este distrito sofre com o descaso do poder público, a grande maioria dos moradores ainda não possuem o documento legal da posse de seus terrenos. Tem posto de saúde, escola pública e atendimento de Assistência Social, contudo ainda é uma região que está muito aquém de um padrão ideal.

Com a ajuda fundamental da dona Lourdes, pessoa a quem já teço agradecimentos e elogios por seu envolvimento e dedicação à comunidade, foi

possível conhecer a quem no decorrer deste trabalho chamarei ficticiamente de Maria, Carla, Rosa, Cristina, Flávia, Paula, Rose, Luciane, Deise, Claudia, Marcia e Mari. Quatro delas tive a oportunidade de conhecer antes da realização desta pesquisa, com a realização de um trabalho de outra disciplina no semestre anterior, onde também trabalhei esta temática, porém de forma mais superficial. Com as demais realizei pelo menos duas visitas.

Durante as visitas, realizei entrevistas e observações. As entrevistas debruçaram-se principalmente acerca do entendimento delas sobre o programa como uma política social, suas noções sobre cidadania e se elas percebem o programa com uma agente empoderador.

Priorizei que as entrevistas fossem feitas de forma individual, pois percebi o receio delas falarem em frente a outras pessoas. Brincava com elas que naquele período suas agendas estavam reservadas somente para mim. Em alguns casos tive que pedir para pessoas como filhas, vizinhas e sogra nos deixarem a sós. Acredito que a curiosidade em saber o que eu iria perguntar as motivava para permanecer ali.

De início minha empolgação era grande, preparei meus “apetrechos”, como gravador de voz, celular e notebook, todos para que em uma eventualidade de memória insuficiente no gravador, os outros equipamentos suprissem esta necessidade de mais armazenamento. Porém, as entrevistas não duraram, em média, mais que 14 minutos cada uma. Acredito que o fato de me apresentar com acadêmica, o que culturalmente pressupõem um conhecimento maior, causou uma certa inibição nelas. Era perceptível o receio de falar algo errado. Mas com a finalização das entrevistas, iniciava-se o processo de observação para conseguir garimpar mais dados. Naturalmente obtive muitos relatos sobre a trajetória de vida delas, o que foi algo extremamente enriquecedor para este trabalho.

A primeira visita foi avisada antecipadamente pela Dona Lurdes, todas elas estavam cientes de que eu compareceria em suas residências. Neste primeiro dia optei por apenas me apresentar ou representar e explicar o meu trabalho, o que era um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a importância da participação delas.

Foi quase que unânime a reação, parecia que não conseguiam compreender o porquê da importância de serem entrevistadas, mas quase todas aceitaram prontamente conceder a entrevista. Mesmo assim, anotei seus contatos e falei que retornaria em ligação, para confirmar se aceitariam ou não, aceitando, qual data e horário elas poderiam me receber.

E assim foi feito, esperei passar uma semana e realizei os contatos, iniciei por Maria, Carla, Rosa, Cristina e Flávia. Em outra data com Paula, Rose, Claudia, Mari e posteriormente com Márcia, Deise e Luciane. Havia mais outras três em minha lista, mas que nas ligações para marcar horário preferiram por não realizar a entrevista e tiveram sua decisão respeitada.

Além da pesquisa empírica, também foi feito uma pesquisa de dados nacionais e locais sobre o programa. Os dados de Chapecó foram gentilmente repassados pela Sra. Ivana Alberguini, Diretora de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Chapecó.

O trabalho também abordará de que forma desigualdade, pobreza e cidadania estão relacionadas; como as políticas sociais pretendem combater a pobreza; a implicância da formação de uma região, sob seus dados socioeconômicos e de que forma isso pode refletir nas políticas sociais. Contextualizar o Programa Bolsa Família, seus dados nacionais e locais; compreender o processo de feminização da pobreza e as políticas voltadas para questão de gênero no Brasil e as análises feitas a partir das entrevistas com as beneficiárias.

Enfim, o trabalho está pronto, muitas análises e reflexões realizadas, mas muitas questões ainda ficaram a analisar. A vontade de se envolver em outras temáticas e realizar outras reflexões foram instigadas, mas sempre se começa pelo primeiro passo e ele está dado.

## **2. POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA: O CASO DO BOLSA FAMÍLIA**

Pelas profundas desigualdades sociais existentes em nosso país, as políticas sociais apresentam-se com forma de amenizar estas situações e compensar algumas discrepâncias. O crescimento econômico é um fator que indica o nível de avanço de um país. Por isso, criar uma política social como o Programa Bolsa Família (PBF) - que se utiliza da transferência de renda como forma de promover a superação da vulnerabilidade em que o indivíduo se encontra, mas que também implica diretamente nos dados econômicos -, é uma estratégia do Governo Federal para garantir e promover este avanço.

O objetivo neste capítulo é compreender de que forma a pobreza, desigualdade e cidadania estão relacionadas e, a partir disso, como o PBF é pensando como uma política social.

### **2.1 DESIGUALDADE, POBREZA E CIDADANIA**

Vivemos em um sistema capitalista que prevê como produto final o lucro. É um sistema onde a concentração dos meios de produção está nas mãos de poucos e esta concentração é o grande nó de nossa sociedade. É em decorrência dela que nossas desigualdades se acentuam.

Este sistema ganhou força em nossa sociedade com o processo de industrialização e urbanização que ocorreu no século XX. Anteriormente, vivemos o colonialismo e imperialismo, marcados pela concentração de terras e poder. Nestes períodos a concentração da população estava no campo. Com o processo de industrialização e com as políticas implantadas por Getúlio Vargas na década de 1930, houve um incentivo para o deslocamento do campo para cidade, em virtude da regulamentação do trabalho urbano.

Como afirma Ermínia Maricato (2003, p. 151-152), “o rumo tomado parecia representar um caminho certo para a independência de séculos de dominação das elites oligárquicas ligadas à exportação de produtos primários.” Para a autora, novas oportunidades se abriram, porém:

As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população migrante e depois para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita. (MARICATO, 2003, p. 152)

A lógica do capitalismo pode estar diretamente associada a este insucesso, pois no campo as pessoas produziam também para sua subsistência, na cidade estão privadas disso, não há espaço para esta produção, apenas se veem refém da venda de sua mão-de-obra como alternativa para sobrevivência.

Poderíamos aqui discorrer muito sobre este período, causas e consequências, mas nosso objetivo principal é entender como ocorreu o processo de exclusão social no Brasil e, em decorrência dela, as desigualdades. É difícil de mensurar a exclusão social, como afirma Ermínia Maricato (2003, p. 153), “[...] mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania.”

A ilegalidade assume uma dualidade, ela é prejudicial quando esta associada aos marginalizados, mas por várias vezes ela foi utilizada pela elite, como norma para seus interesses privados. A autora exemplifica esta questão quanto à utilização da ilegalidade por parte da elite com o tráfico dos escravizados e com a apropriação de terras. Não havia uma legalidade, mas sim uma conformidade por parte das autoridades.

Sobre a posse terras, a autora afirma que aqueles que estavam no processo de debanda do campo para cidade instalavam-se de forma irregular, pois não tinham acesso ao mercado imobiliário privado e nem foram assistidos por políticas públicas de habitação. Segundo ela, “aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não à cidade”. (MARICATO, 2003, p.157).

A omissão do poder público diante desta situação, principalmente na esfera municipal, tinha seu fundo de interesse. Reconhecer esta demanda requer ações que envolvem gastos de orçamento público e o seu desconhecimento, de acordo com a autora, é rentável para ações pontuais gerando a barganha política, constituindo assim uma inesgotável fonte de clientelismo político.

No caso de algumas ocupações, é o mercado imobiliário que define se a lei será imposta ou não, conforme o grau de interesse deste setor.

Muitos são os fatores que determinam quando a lei é aplicada ou não. Um nos parece principal. Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, “sobram” para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado. As áreas públicas ocupadas estão localizadas, geralmente, nas periferias esquecidas. (MARICATO, 2003, p. 159)

Como podemos perceber, o acesso à propriedade é um dos fatores propulsores das desigualdades. Viver em ambientes degradantes, desassistidos de outros direitos básicos, como acesso a saúde, educação, saneamento básico entre outros, é uma realidade vivida pela população de baixa renda no Brasil.

O Brasil é considerado um país em desenvolvimento e a pobreza pode ser considerada como um problema para seu pleno desenvolvimento. O problema da pobreza sai do campo social e parte para o econômico e político, sendo passível de estratégias e ações para seu enfrentamento, segundo Roberto Cavalcanti de Albuquerque:

Dentro dessa ordem de ideias, as altas incidências de pobreza crítica encontradas nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, comumente consideradas apenas como problemas sociais, têm, na verdade, óbvias implicações econômicas e políticas. De uma parte, a pobreza pode retardar ou comprometer o crescimento econômico, seja por limitar a capacidade produtiva dos recursos humanos, seja por inibir a expansão do mercado interno. De outra, a incapacidade de contingentes significativos da população de prover, por seus próprios meios, suas necessidades básicas é a própria negação da liberdade e da equidade e pode ser capaz de gerar conflitos sociais politicamente desestabilizadores. (ALBUQUERQUE, 1995, p. 77)

É a partir daí que o Estado assume o papel de “reparador” de desigualdades e as políticas sociais passam a ser estratégicas para minimizar seus efeitos. Falaremos sobre isso mais adiante.

Hoje, para críticos da realidade social, é difícil de conceber como cidadão uma pessoa que se encontra em situação de pobreza, pois vinculamos cidadania ao acesso de direitos básicos, previstos em nossa Constituição, como acesso aos direitos políticos, civis e sociais. Porém, o debate sobre cidadania não se deu por este viés, por muito tempo se entendeu como cidadão aqueles que participavam da população economicamente ativa, por meio das profissões que eram regulamentadas pelo Estado. Profissão e cidadania estavam intimamente ligadas, conforme relata Wanderley Guilherme dos Santos,

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico. (SANTOS, 1975, p. 69)

Este debate sobre cidadania regulada ocorreu no Brasil, justamente em seu processo de industrialização, da qual já discorremos acima, neste mesmo período as leis trabalhistas e o sistema previdenciário foram implantados. Além da concepção de cidadania ser tardia no Brasil, ela é um produto do Estado, que define quem era ou não cidadão. Junto a isto, está o nível de cidadania, quanto maior o poder de contribuição à previdência, maior e melhor os benefícios. “A universalidade aparente da lei em sua participação profissional convertia-se em desigualdade entre os cidadãos via sistema previdenciário”. (SANTOS, 1975, p. 70).

Por mais que a concepção sobre cidadania tenha mudado em nossa sociedade, ela continua com suas limitações e constitui um campo permanente de conflito, portanto não é uma ideia estática e sim dinâmica.

Pode-se achar várias definições de cidadania ou o que é ser cidadão. Podemos entender que ser cidadão é se sentir pertencente a uma nação. Mas usaremos a definição de cidadania como aquela que dá direito ao gozo de três grandes direitos, o civil (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei), o social (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria) e político (direito à participação do cidadão no governo da sociedade). Estes três níveis são a base para o debate sobre cidadania. O Estado assume um importante papel no que diz respeito a cidadania,

O Estado, como agência pública que concede, reconhece e garante os direitos, desempenhou e desempenha um papel central na formação e na manutenção da cidadania contemporânea. Sua atuação através do papel normativo de suas instituições é indispensável à garantia da cidadania plena. (REGO, 2008, p. 156)

Para melhor compreensão, a autora afirma que é necessário entender o Estado como categoria analítica e política. Uma das categorias, “[...] como modo de compreender o complexo de articulações institucionais normativas e políticas que fundaram e organizaram a reconstrução política do capitalismo na segunda metade do século vinte.” (REGO, 2008, p.156). E a outra, forma de políticas distributivas de renda e de recursos sociais, agindo de forma à garantir políticas de cidadania.



Para alguns autores o grande problema de nossa cidadania está justamente no fato de ter sido concedida pelo Estado e não fruto de conquista de seu povo. José Murilo de Carvalho, fundamentado nos estudos de Marshal<sup>1</sup> diferencia a conquista de nossa cidadania comparando ao processo de conquista da cidadania na Inglaterra. Lá o processo foi passo a passo, primeiro uma conquista, para com a exaustão desta, a conquista da outra e a diferença de tempo entre uma conquista e outra, levou em média mais de cem anos. Além disso como nos chama a atenção o autor, na Inglaterra a última conquista foram os direitos sociais, aqui no Brasil, o direito social é primeiro a ser implantado, justamente quando há supressão dos direitos políticos e redução dos direitos civis, em 1930, no Governo do ditador Getúlio Vargas.

Um dos motivos explanado por Carvalho, para dificuldade de efetivação da cidadania no Brasil, eram as consequências do período de escravidão. Com o processo de urbanização e industrialização no país a formação da classe operária urbana, significaria “a possibilidade da formação de cidadãos mais ativos” (CARVALHO, 2008, p. 57). E para o autor, nesta questão, esta classe contribui significativamente,

Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, de descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidente de trabalho e aposentadoria. No que se refere aos direitos políticos, deu-se algo contraditório. Os setores operários menos agressivos, mais próximos do governo, chamados na época de “amarelos”, eram os que mais votavam, embora o fizessem dentro de um espírito clientelista. Os setores mais radicais, os anarquistas, seguindo a orientação clássica dessa corrente de pensamento, rejeitavam qualquer relação com o Estado e com a política, rejeitavam os partidos, o Congresso, e até mesmo a ideia de pátria. O Estado, para eles, não passava de um servidor da classe capitalista, o mesmo se dando com os partidos, as eleições e a própria pátria. (CARVALHO, 2008, p.60)

Desta forma para Carvalho, o que se viu foi busca de melhorias por meio de aliança com Estado, o que para ele não forjava uma cidadania política, mas sim uma “estadania”, onde as pessoas foram impulsionadas pelas ações do Estado, num processo de cima para baixo, o que se relaciona também com a falta de identidade nacional.

Com a centralidade do Estado, nos ditames dos direitos, cria-se um Estado clientelista, a partir de uma excessiva valorização do Executivo e a desvalorização das instituições de mediação política.

---

<sup>1</sup> Thomas Humphrey Marshal, sociólogo britânico conhecido principalmente por analisar o desenvolvimento da cidadania, dos direitos civis, políticos e sociais.

Outro ponto abordado pelo autor é sobre a cultura do consumo, trazidas pelo renascimento liberal, que além da defesa da redução do papel do Estado, esta cultura,

[...] dificulta o desatamento do nó que torna tão lenta a marcha da cidadania entre nós, qual seja, a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separados pela educação, pela renda, pela cor.” (CARVALHO, 2008, p. 229).

Poderíamos afirmar que a cidadania existiu sempre na lógica de servir alguns e a serviço de alguém. Esta lógica não foi rompida até os dias de hoje, embora muitos movimentos tenham ocorrido para ampliação e efetivação dos direitos que são inclusive garantidos pela nossa Constituição.

## **2.2 POLÍTICAS SOCIAIS E O COMBATE À POBREZA**

A desigualdade social é um fenômeno presente em quase todos os países, cada um com a sua proporção e dimensão. Entre os principais motivos está a má distribuição de renda entre a população, com esta concentração nas mãos de poucos, estes poucos acabam tendo acesso amplo e garantido à educação, saúde, habitação, saneamento, etc.. A esta desigualdade que tem fundamento econômico, associam-se outros tipos de desigualdades, como a racial e de gênero.

Fatores como, a herança da colonização exploratória, o desenvolvimento tardio e a dependência econômica fazem o Brasil possuir uma grande quantidade de pessoas vivendo na linha da pobreza.

Mesmo o Brasil sendo um país rico em recursos naturais e com alto PIB, atualmente está entre os 10 maiores PIB do mundo, isso não é garantia de um país sem graves índices de desigualdades. Vivemos num país extremamente injusto na distribuição de recursos entre a população, seja ele natural ou financeiro. Segundo dados da ONU<sup>2</sup>, em 2005 o Brasil era a 8º nação mais desigual do mundo.

Enquanto poucos acumulam muito, muitos não têm quase nada. Neste ano, ainda há mais 13 milhões de brasileiros que vivem com menos ou até R\$ 77,00 mensais, conforme tabela abaixo, que expressa o número de famílias, por faixa de renda, cadastradas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

---

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas

**TABELA 1: Famílias cadastradas no Cadastro Único, por faixa de renda**

Cadastro Único / Busca Ativa		
Total de Famílias Cadastradas por Faixa de Renda		
		Mês Referência
Total de famílias cadastradas _	27.189.653	04/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	13.145.749	04/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	4.436.369	04/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	5.780.530	04/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	3.827.005	04/2015

FONTE: Relatório de Programas e ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

O sistema econômico em que vivemos, capitalismo, é para alguns autores o grande responsável pelas expropriações de direitos e inexistência de condições mínimas para sobrevivência a que estas pessoas estão expostas. O sistema tem necessidade destes paradoxos entre concentração de riqueza e miséria.

Mediante estas privações de acesso a serviços básicos, a uma renda digna e a não participação social na vida política, a desigualdade social vai se perpetuando. Além de não ser percebida como tal, naturalizamos estas desigualdades e muitas vezes culpabilizamos o próprio indivíduo por se encontrar em situação degradante, justificando a desigualdade social, a partir do déficit individual e aquele que não se adapta a esta ordem “natural” das coisas, é conseqüentemente, o único responsável pela sua própria exclusão.

Esta naturalização ou a invisibilidade da desigualdade, é o que para Jessé Souza, causam a violência simbólica, pois é simplesmente invisível aos nossos olhos, não aparece como violência, é naturalizada. Diferente de outras épocas, esta violência é reproduzida agora por meios modernos, não visualizamos mais cotidianamente cenas de dominação como a dos senhores sobre seus escravos, o chicote na mão como forma de intimidação e demonstração de poder. Atualmente, ela se reproduz de outras formas.

Atendo-nos a esta invisibilidade, os problemas de nossa sociedade são dados somente pela ordem econômica, toda desigualdade existente socialmente seria resolvida pela lógica economicista, os problemas sociais, não passam de um problema de gerenciamento eficiente da economia. E para o autor, nessa linha, todos têm as mesmas capacidades, sendo assim, somente quem não se esforça o suficiente não possui o mérito de “ganhar na vida”.

Com isso, cria-se a falsa impressão de que conhecemos nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma “gerência” eficiente – quando, na verdade,

sequer se sabe do que está se falando. Senão, vejamos. A crença fundamental do economicismo é a percepção da sociedade como sendo composta por um conjunto de *homo economicus*, ou seja, agente racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. Nessa visão distorcida do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. (SOUZA, 2009. p. 17)

Legitimamos este mundo como justo e como igual, fundamentados pela meritocracia, ou seja, as conquistas são minhas, por merecimento. Esta falsa interpretação do êxito como conquista individual é grande mau de nossa sociedade.

Como nos exemplifica o autor, o Estado diz ser justo por oferecer possibilidade a todos, como a oferta de concurso público, mas para ele algo é negligenciado neste processo.

O que o mercado, o Estado, uma “ciência” e um senso comum dominantes – mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa – nunca “dizem” é que existem condições “sociais” para o sucesso supostamente “individual”. (SOUZA, 2009. p. 22)

O autor nos chama atenção para outra importante reflexão, a perpetuação da meritocracia se dá em nosso país pelo “mito brasileiro”, no qual somos todos iguais e estamos todos no mesmo barco. Com isso é possível se encobrir as desigualdades, tudo em nome de um projeto maior, da construção de uma nação coletiva.

Contra essa interpretação da pobreza, implantar políticas sociais é uma forma de combater as desigualdades, são medidas tomadas pelo Estado como tentativa de minimizar os efeitos das desigualdades, em suas várias dimensões.

Seguindo a lógica de crítica ao Estado como centralizador e clientelista, e o trabalho como assegurador de direitos, a autora Amélia Cohn afirma que é necessário imprimir uma nova orientação às políticas sociais para torná-las mais equânimes, porém

[...] a herança de um sistema de proteção social no país, caracterizado por: um alto grau de centralização, com definição de prioridades e diretrizes ditada pelo nível federal; oneroso, pela superposição de programas, clientelas e serviços intra e entre as esferas federal, estadual e municipal; acentuadamente privatizado, com parcela significativa dos serviços sendo prestada pelo setor privado — lucrativo e/ou filantrópico; discriminatório e injusto, porque nível de renda e/ou inserção no mercado de trabalho acabam por se transformarem, na prática, no principal critério de acesso aos benefícios e serviços prestados; com fontes instáveis de financiamento, provenientes de recursos fiscais e tributários complementados por

outros de variada natureza, compondo um conjunto desarticulado e fragmentado, além de variável quanto à sua vinculação ou não a gastos específicos; entre outros. (COHN, 1995, p. 2)

Em consonância com o Jessé de Souza, Amélia Cohn também acredita que é necessário superar o debate de que os problemas sociais são somente de ordem econômica. Para a autora, o desenvolvimento social não está atrelado unicamente ao desenvolvimento econômico. Um dos motivos é o fato de que, diferentemente do período dos anos 50 e 60, o crescimento econômico vem desacompanhado da criação de novos empregos e com a deterioração dos existentes. Para a autora, é necessário superar o raciocínio contábil que hoje as políticas sociais assumem e romper com a *ditadura economista* para “compatibilizar desenvolvimento e crescimento econômico com democracia social.” (COHN, 1995, p. 4).

As políticas sociais, para Cohn, devem assumir duas funções, aquelas que são voltadas para o alívio da pobreza e outras para superação da pobreza. A primeira assume um caráter imediato e assistencialista, a segunda já é de médio e longo prazo, pensadas em um desenvolvimento sustentado, onde as políticas econômicas assumam também dimensões de políticas sociais. Estas de longo prazo devem ser pensadas de forma a garantir o acesso do cidadão aos direitos sociais, independente do nível de renda.

Por mais que o texto escrito por Cohn, tenha vinte anos, a conclusão que a autora chegou ainda é atualíssima,

Talvez não seja, portanto, fruto do acaso a frequência com que a expressão resgate da dívida social continua presente nos textos atuais, quando a questão central que se apresenta hoje é alçar à condição de cidadãos — o que não se restringe ao acesso a serviços e benefícios sociais básicos — o enorme contingente de pobres de nossa sociedade. Mas isso implica deslocar o enfoque das políticas sociais do eixo da necessidade para o da cidadania. (COHN, 1995, p. 17)

Podemos concluir com este debate que os temas desigualdade, pobreza e cidadania estão diretamente ligados. A pobreza gera desigualdade, que conseqüentemente limita a pessoa ao pleno exercício de sua cidadania. Portanto, imputar as políticas sociais o exercício da cidadania é uma tarefa urgente e necessária.

A inclusão no debate nacional sobre a questão social, ainda é algo recente, começou a ganhar mais corpo com o processo de redemocratização do país, na década

de 80. Foi neste período que vários movimentos, solicitavam a intervenção maior do Estado para a resolução dos problemas sociais.

Com isso, o Governo passa a adotar em sua agenda programas sociais de distribuição de renda, hoje um deles é o Programa Bolsa Família, que assume o caráter de uma política social com objetivo de promover a superação da pobreza. A superação da pobreza é condição vital para dignidade humana e deve ser o objetivo primeiro do programa, porém junto a isso deve conciliar ações voltadas para o exercício da cidadania.

### 2.3 DESIGUALDADES REGIONAIS: A FORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE E REGIÃO SUL

As desigualdades podem assumir características específicas e variar de acordo com a região, em alguns casos ela pode ser mais acentuada em uma região do que em outra. Exemplo disso é a concentração de famílias situadas na linha da extrema pobreza, divididas por região, conforme tabela abaixo, a maior porcentagem de famílias nesta situação, está na região Nordeste. A região sul é a que menos apresenta pessoas em situação de extrema pobreza.

**TABELA 2: Faixa de renda de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por região**

Famílias beneficiárias do PBF por faixa de renda, segundo as grandes regiões (março de 2013)  
(Em %)

Faixa de renda familiar <i>Per capita</i>	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Extrema pobreza	72,4	78,1	82,2	59,5	54,0	56,1
Pobreza	20,5	16,8	12,9	30,8	33,9	32,3
Baixa renda	7,1	5,0	5,0	9,7	12,1	11,6

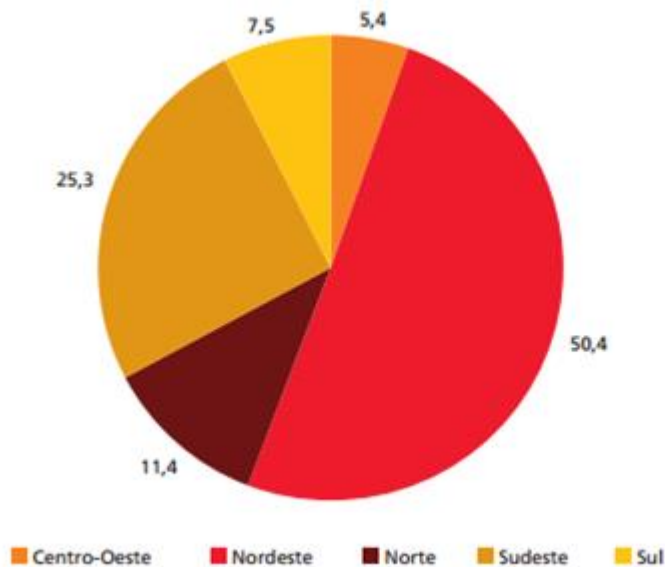
Fonte: CadÚnico (SENARC/MDS).

A renda domiciliar é definida da seguinte forma: Famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 77 mensal são consideradas extremamente pobres, famílias com renda mensal maior ou igual a R\$ 77 e inferior a R\$ 154,00 são consideradas pobres, famílias com renda maior ou igual a R\$ 154 e menos que R\$ 560 são consideradas famílias vulneráveis e famílias com renda maior ou igual a R\$ 560 são consideradas não pobres.

Como consequência da região Nordeste possuir mais famílias na faixa da extrema pobreza, apresenta também, pelo gráfico abaixo, a maior quantidade de famílias beneficiárias.

## GRÁFICO 1: Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por região

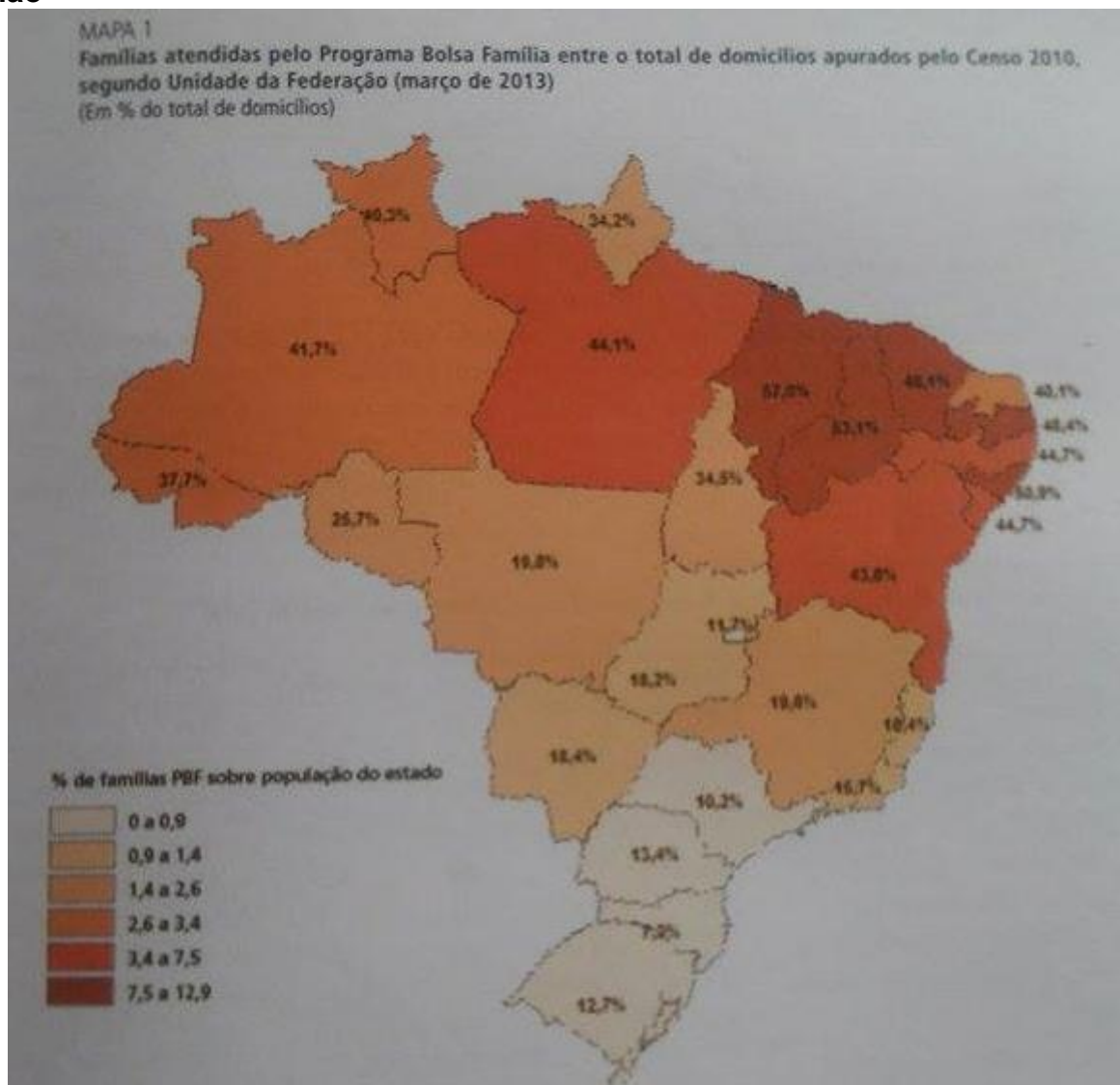
Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do (PBF) por grandes regiões (março de 2013)  
(Em %)



Fonte: Folha de pagamento do PBF (SENARC/MDS).

Com este mapa, podemos perceber a quantidade (em porcentagem) dos domicílios por região que recebem o benefício. Novamente podemos verificar a região Nordeste com a maior proporção de famílias no programa. Enquanto Santa Catarina possui 7,3% dos domicílio participantes, Maranhão possui 57% dos domicílios, conforme mapa.

## MAPA 1: Porcentagem de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família por região



Fonte: CadÚnico (SENAR/MDS). OBS: Imagem em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação.

A partir disso alguns aspectos sobre a formação das regiões devem ser considerados para entendermos o porquê da diferença de alguns dados, como os índices econômicos e sociais, que podem refletir inclusive na implantação de políticas sociais.

Para entendermos melhor estes aspectos, precisamos retomar a história da formação da região.



### 2.3.1 FORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE

Sabemos que a economia brasileira primeiramente era baseada na produção agrícola, onde os produtos eram exportados principalmente para a Europa. Portugal, com seus interesses mercantilistas, estimulou a lavoura de gêneros tropicais, principalmente da cana-de-açúcar.

Neste período, o Nordeste foi o centro da vida econômica e social do país. Entre os séculos XVI e XVII, o Brasil foi responsável pela produção de açúcar consumido em todo o mundo. É partir daqui que podemos traçar alguns aspectos que refletem até os dias de hoje na organização social dessa região.

A opção pelo tráfico de africanos para trabalhar na lavoura como escravos ocorreu em função do que, aos olhos dos senhores de engenhos, poderia denominar-se como incapacidade do indígena em cumprir essa função. A exploração da mão-de-obra indígena deu-se para a exploração do pau-brasil, porém para a empresa açucareira era necessária uma mão-de-obra disciplinada. Com a “baixa” produtividade do índio e com a falta de outra mão-de-obra à disposição, optou-se pela introdução da mão-de-obra escravizada dos africanos.

Este aspecto deve-se ao fato do Brasil ter tido uma colonização não demográfica, como afirma o autor Prado Jr. (1987). Para o autor, a ideia de povoar não ocorre inicialmente, é o comércio que interessa, tendo um relativo desprezo por este território considerado como primitivo.

Como a produção de açúcar era algo rentável, se fosse realizado em grande volume, ocorre a concentração de terra em mãos de poucos. As chamadas grandes propriedades configuram como outro aspecto marcante da região nordeste, além da centralidade do poder na figura dos coronéis. Sendo assim, a constituição da sociedade nordestina ocorreu com forte base aristocrática, patriarcal e rural.

Em 1898, o país teve instaurado a *República dos Governadores*, este sistema consistia na troca de favores entre governadores e o presidente da república. O presidente da república não interferia nas questões estaduais, com isso os governadores lhe garantiam apoio, também na eleição de deputados e senadores que também votariam a favor do governo. Desta forma, os coronéis consolidavam seu poder de dominação local. Neste período foi utilizado muito o “voto cabresto”, ou seja, a população votava de acordo com as orientações dos coronéis. Este

sistema permitiu a intocabilidade dos mandos e desmandos, principalmente no interior do Brasil.

Somente em 1930 inicia-se a ruptura com este regime. Com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. É durante este regime que emerge no Brasil, como vimos acima o processo de industrialização e urbanização. Este processo trouxe consigo modificações demográficas, sociológicas, culturais e políticas como afirma Fiori (1994) e tendo também transformações no aparelho institucional do Estado. Porém estas transformações não foram o suficiente para algumas mudanças em alguns pontos, como a intocabilidade da estrutura fundiária.

O que podemos perceber durante todo o processo de formação da região Nordeste é a presença das oligarquias. O significado da palavra oligarquia é *poder para poucos*. Como foi introduzido acima, este regime de representação política (ou ausência de representação), era assentado no poder local, nas cidades do interior do Brasil. O que faz emergir a figura do Coronel como centro da política.

Os coronéis realizavam diversas ações no lugar no Estado, como afirma o autor Leal (2012): obras como escolas, estradas, serviços na área da saúde, distribuição de postos de empregos, entre outros. Isso distanciava o Estado destes locais e aproximava os coronéis de sua população, estabelecendo uma relação de dependência. Além disso, como os municípios eram desprovidos de recursos municipais, os coronéis mais uma vez, com seu alto poder econômico, sustentavam esses municípios, mecanismo que garantia o mandonismo local.

A relação da população com os coronéis, podemos afirmar que era uma relação de dominação e dependência. A necessidade de manter sua população, que era basicamente formada por pobres e analfabetos, alienada de seus direitos civis, políticos e sociais era a forma de se perpetuar esta dominação. Porém, esta relação de dominação era naturalizada, cabendo aos coronéis o status natural de autoridade local. A população dominada retribuía estes “favores” feitos pelos coronéis, através dos votos.

A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no

peculiar compromisso do “coronelismo”. Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do “coronelismo” é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *do ut des* que anima todo o sistema. O regime federativo também contribuiu, relevantemente, para a produção do fenômeno: ao tornar inteiramente eletivo o governo dos Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a instituição da “política dos governadores”, repousavam justamente no compromisso “coronelista”. (LEAL, 2012, p. 233)

Com o entendimento da formação desta região, podemos perceber que a concentração de terra foi um fator que colocou toda população a margem da sociedade, sem acesso a terra, vendendo sua mão-de-obra, desprovida do acesso à educação, não qualificando-se para outras funções. Enfim, uma sociedade que foi altamente alienada de seus direitos enquanto cidadãos, que esteve sempre a mercê dos mandos e desmandos dos donos do poder.

Para José Murilo de Carvalho, o mais importante não é saber se houve ou não processo de dominação, pois não há como negá-lo, porém o mais importante é saber a natureza desta dominação.

O importante em todo o debate não é discutir se existiu ou se existe dominação. Ninguém nega isto. O problema é detectar a natureza da dominação. Faz enorme diferença se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes gerado na sociedade de mercado que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ela se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo. (CARVALHO, 1997.)

O processo de industrialização no Brasil ocorre após a crise de 1929, que levou a Revolução de 1930 e que atingiu diretamente os cafeicultores. Neste período, o predomínio econômico era a produção de café, na região Sudeste, composta por São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santos e algumas regiões de Minas Gerais. Com a crise, toda infraestrutura utilizada para produção e transporte do café, passaram a ser utilizadas para a produção industrial. Mesmo que sem as mesmas tecnologias da Revolução Industrial da Europa, o Brasil passou a diversificar seu processo de produção. Em decorrência, também da crise do café, houve o processo de êxodo rural, com esta migração houve um aumento de consumidores, passando o mercado a produzir bens de consumo para a demanda desta população.

A região Nordeste, ficou por um longo período fora do processo de industrialização e modernização do país. Com a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, atual Agência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1960, começou a desenvolver estratégias de desenvolvimento da região Nordeste, principalmente com incentivos fiscais.

### 2.3.2 A FORMAÇÃO DA REGIÃO SUL

A formação da região sul do país ocorreu de forma diferenciada das outras regiões do Brasil. No século XIX, havia uma preocupação com as regiões de fronteira do país, com isso houve um incentivo de imigração de outras localidades da Europa para essa região.

Não houve um processo de trabalho com base na mão-de-obra escravizada, mas sim de organização através da utilização do trabalho da própria família. A concentração de terras ocorreu na região sul também, porém aqui não surgiu tão fortemente a figura do coronel.

Darcy Ribeiro, que denomina a região sul como Brasil sulino, caracteriza-o desta forma,

A característica básica do Brasil sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural. Os modos de existência e de participação na vida nacional dos seus três componentes principais não só divergem largamente entre si como também com respeito às outras áreas do país. Tais são os lavradores *matutos* de origem principalmente açoriana, que ocuparam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos antigos *gaúchos* da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação *gringo-brasileira* dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas. (RIBEIRO, 2013, p. 408-409)

Cada Estado possui uma característica de colonização muito diversificada, fazendo assim sua cultura receber várias influências. Mas, a grosso modo, o sul recebeu colonização principalmente de italianos, alemães, poloneses e ucranianos.

Anterior a isso, habitavam aqui os indígenas que eram vistos como povos primitivos, a vinda de jesuítas foi uma forma de civilizar esta população.

O Brasil sulino surge à civilização pela mão dos jesuítas espanhóis, que fazem florescer no atual território gaúcho de missões a principal expressão de sua república cristã-guaraníca. É certo que eles visavam objetivos próprios, claramente alternativos à civilização portuguesa e à espanhola. Mas, atuando a

seu pesar como agentes da civilização, por seu êxito e por seu malogro, contribuíram para que aquelas alternativas se consolidassem. (RIBEIRO, 2013, p. 409)

Os índios do Sul são percebidos da mesma forma que outras várias regiões do país, como “incapazes” ou seres que não são domáveis para o trabalho.

No sul é muito forte a presença do gaúcho, ele provém da mestiçagem entre espanhóis e lusitanos com mulheres indígenas Guarani. A especialização do gaúcho era a lida com o gado, que era uma atividade bastante presente nessa região.

Com o processo de incentivo de indústrias nacionais, o sul se especializou na produção agrícola, sendo que esta foi facilitada pelas condições climáticas.

A produção agrícola ocorria não somente pela mão do proprietário da terra. Ocorreu muito na região sul, o arrendamento de terras, processo em que a velha classe latifundiária, alugava suas terras para que outras pessoas produzissem em cima. A produção era muito onerosa ao arrendatário, em função da implantação de grandes cultivos, precisavam investir em maquinários, fertilizantes, assistência entre outros. Com este processo como alerta Darcy Ribeiro,

“Todavia, o próprio grau de mecanização desses cultivos opera como um redutor das possibilidades de emprego, que, em associação com o monopólio da terra, contribui pra manter marginalizada a maior parte da população rural que continua sobrando das atividades pastoris e também excedente das necessidades de mão-de-obra da nova economia agrícola. (RIBEIRO, 2013, p. 427)

A região sul, pelo processo de colonização que sofreu, possui “vantagens” em relação a outras regiões, como por exemplo, a região Nordeste, conforme citado acima. O sul sofreu menos com o processo de exploração, apesar de também haver concentração de terras com os latifundiários. Mesmo assim conseguiu fazer existir a agricultura familiar, outro aspecto marcante desta região, onde se produzia para venda e subsistência. São estes fatores que podem influenciar diretamente nos dados de diferenças regionais de hoje, como diferenças entre o PIB<sup>3</sup>, nas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, entre outros.

Propomos o resgate da formação destas regiões, para melhor compreensão de dados que serão apresentados posteriormente.

---

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto

## 2.4 CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS: DADOS NACIONAIS

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal a partir da Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.386/2004 em 2004, gestado pelo **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Este programa foi a unificação das ações de outros programas preexistentes, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero, programas chamados de Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação, à Saúde e acesso à Alimentação.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Seu principal objetivo é, através da transferência de renda, promover o alívio imediato da pobreza, oportunizando melhores condições humanas para estes cidadãos. O programa reforça também o acesso a outros direitos básicos, como saúde, educação e programas complementares, culminando assim na superação da vulnerabilidade a que estas famílias estão expostas.

Conforme pesquisa realizada por Camargo *et al* (2013), o Cadastro Único para Programas Sociais é a forma utilizada pelo governo federal para registrar famílias com renda familiar *per capita*<sup>4</sup> de até meio salário mínimo e é através dele que é realizada a seleção das famílias que serão beneficiárias do Programa Bolsa Família. Este registro é realizado por cada município. Em 2013, o Cadastro Único para Programas Sociais possuía o registro de 25 milhões de famílias, sendo que deste total *13,8 milhões* foram contempladas com o Programa Bolsa Família.

Para ser beneficiário do PBF, além do enquadramento da renda, é necessário assumir alguns compromissos junto ao poder público. Na área da saúde, deve-se observar e acompanhar o cartão de vacinação de crianças menores de sete anos. As mulheres de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento, gestantes devem fazer seu pré-natal e acompanhar o desenvolvimento de seu bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre seis e 17 anos devem estar obrigatoriamente matriculados e terem frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 à 15 anos e para alunos com faixa etária de 16 à 17 anos, frequência mínima de 75%. Na assistência social, crianças ou adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil, devem participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com frequência mínima de 85%. A família sempre terá

---

<sup>4</sup>Por cada membro da família

acompanhamento gerencial em caso de dificuldade pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Esta é uma forma encontrada pelo governo federal de responsabilizar o poder público municipal na garantia do acesso a estes serviços.

A pesquisa também divulgou que após dez anos do Programa Bolsa Família são mantidas fora da linha de pobreza extrema 36 milhões de pessoas. Com o total de quase 14 milhões de titulares do cartão do Programa Bolsa Família, o número de pessoas beneficiadas chega a 50 milhões, levando em consideração a família do beneficiário. O dado que mais chama atenção é o fato de que 93% das famílias que recebem o benefício são chefiadas por mulheres. Elas também representam 66% das matrículas no Pronatec Brasil Sem Miséria, programa que visa qualificar o cidadão para o mercado de trabalho, oportunizando lhe a melhor oferta de trabalho e 71% das operações de acesso ao microcrédito.

O Programa Bolsa Família tem recebido importantes prêmios, em 2013, recebeu o I Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social, concedido pela Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA, sigla em Inglês), pelo reconhecimento ao Programa e seus impactos na economia, saúde e educação.

Em 2014, devido a ações como Programa Bolsa Família, o Brasil ficou pela primeira vez fora do “Mapa da Fome”, conforme divulgado pela FAO<sup>5</sup>, conseguindo reduzir sua extrema pobreza em 75% e a pobreza em 65%.

#### **2.4.1 AS CONDICIONALIDADES E SEUS IMPACTOS**

Atualmente, os investimentos do governo federal, estadual e municipal repassados às políticas sociais representam em torno de 25% do PIB, ao passo que no ano de 1980 representavam 13% do PIB.

Segundo pesquisa realizada por Jannuzzi e Pinto (2013), estes investimentos trazem retornos extremamente benéficos às famílias beneficiárias e ao governo, pois além de apontar queda da pobreza, contribui para outros resultados, como queda mortalidade infantil, diminuição da desigualdade social, aumento do nível de educação, elevação da taxa de emprego e aumento do consumo de alimentos e bens duráveis e contribui para autonomia das mulheres.

---

<sup>5</sup> Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

#### **2.4.1.1    *IMPACTOS NA EDUCAÇÃO***

Na educação, conforme pesquisa dos autores acima citados, as crianças que são de famílias beneficiárias do programa, apresentam uma progressão escolar em seis pontos percentuais maior do que as crianças com mesmo perfil socioeconômico, mas que não são de famílias beneficiárias. Na repetência escolar, os alunos beneficiários têm 11% menos chance de reprovar do que um aluno não beneficiário e aqueles que cumprem a condicionalidade do programa, que é a frequência escolar acima de 85% têm 40% menos chances de reprovar.

Com o recebimento do benefício por parte das famílias, houve um retardamento na entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, bem como redução do número de horas no trabalho doméstico.

#### **2.4.1.2    *IMPACTOS NA SAÚDE***

Os autores continuam suas análises sobre o impacto na área da saúde, segundo eles, o Programa Bolsa Família apresentou melhoria nas condições de saúde das crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e fazendo com que as famílias cumpram o quadro de vacinas. Com maior poder de compra, através do benefício recebido, a família passa a ter mais acesso a alimentos, principalmente aos processados, como cereais, carnes, feijão, açúcar, leite e derivados, contribuindo para uma melhor alimentação das crianças. Já que conforme constatado pelos pesquisadores, as mães priorizam as crianças para aplicar o dinheiro do benefício, uma vez que entendem que este dinheiro é das crianças. Com a obrigatoriedade de acompanhamento do pré-natal, mulheres grávidas estão tendo filhos com peso superior às mães não beneficiárias. As grávidas realizam 1,6 mais visitas do seu pré-natal. Conforme estudo da revista científica internacional *Lancet*, entre 2004 e 2009 houve uma queda de 17% na mortalidade infantil, que era causada por desnutrição e diarreia. Concluem que o Programa Bolsa Família traz para mais perto das populações, principalmente para as mais pobres, serviços assistenciais básico de saúde, além de oportunizar uma saúde preventiva, com os serviços pré e pós-natal, ações educativas na área de saúde e nutrição,



acompanhamento do cartão de vacinação e do desenvolvimento infantil, sendo estas as condicionalidades na área da saúde para ser um beneficiário.

#### **2.4.1.3 *IMPACTOS NA ECONOMIA***

No emprego, contrariando o suposto “efeito preguiça” que o programa pode causar, dados revelam que chefes de famílias beneficiárias, com a faixa etária de 30 a 55 anos, apresentam nível de atividade, ocupação e jornada muito próximos aos chefes de famílias com nível socioeconômico equivalente. Em 2009 percebeu-se que mulheres beneficiárias apresentavam taxa menor de ocupação do que mulheres não beneficiárias, mas isso pode ser decorrente do desconhecimento da compatibilidade entre ter carteira assinada e ser beneficiária do programa. Mas tem-se observado que as mulheres apresentaram um aumento de 5,6% na participação no mercado de trabalho e aumento de 1,6 horas trabalhadas por semana comparado as mulheres que não são beneficiárias, conforme destaca a pesquisa de Jannuzzi e Pinto (2013).

Os cursos de qualificação profissional oferecido através do PRONATEC também são uma forma de estimular estas pessoas para a qualificação e, posteriormente, buscar por uma vaga no mercado de trabalho.

Isso significa mais pessoas ganhando e tendo poder de compra maior, maior dinheiro injetado na economia, o que retorna para o governo através de impostos.

O programa dinamizou a economia, aquecendo-a de baixo para cima, além disso, conforme demonstra estudos do IPEA, cada R\$ 1 gasto no programa, estimula-se um crescimento de R\$1,78 no PIB.

#### **2.4.1.4 *IMPACTOS NA AUTONOMIA DA MULHER***

Como apontam os dados, as mulheres são a grande maioria de titulares do cartão que recebe o benefício do programa e conforme a pesquisa dos autores acima citados, isso tem oportunizado as essas mulheres maior poder decisão nas compras de bens duráveis, remédios e vestuários, comparando a mulheres não beneficiárias, oportunizando um empoderamento da mulher em seu lar.

Outros dados contrariam o senso comum - que acusa o programa ser um incentivador para famílias terem mais filhos, pois assim passariam a ganhar mais benefício, - estudos comprovam que de 2000 a 2010 houve uma queda expressiva na fecundidade, inclusive

entre mulheres de baixa renda. Nas famílias que tem a renda *per capita* de R\$ 70,00 a quantidade de filhos caiu de 5,1 filhos para 3,6.

#### **2.4.2 O PERFIL NACIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

É importante analisarmos o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Vale ressaltar também que o valor repassado à família beneficiária é baseado na composição familiar e pela renda *per capita* desta família. Existem quatros tipos de benefícios:

**Benefício Básico:** o valor repassado mensalmente é de R\$ 77,00 e é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 77,00 *per capita*, mesmo não tendo crianças, adolescentes, jovens, gestante ou nutrizes.

**Benefício Variável:** o valor é de R\$ 35,00 e é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 *per capita*, deste que tenham crianças, adolescentes de até quinze anos, gestantes e/ou nutrizes. Cada família pode receber até 5 benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 175,00.

**Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ):** é concedido valor de R\$ 42,00 a todas as famílias que tenham adolescentes de dezesseis e dezessete anos, frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVJs.

**Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP):** pago às famílias, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família continuam em situação de pobreza extrema (renda *per capita* mensal de até R\$ 77,00). O valor do benefício correspondente ao necessário para que família supere os R\$ 77,00 mensais por pessoa.

Através de dados extraídos do Cadastro Único, ou o CadÚnico, em março de 2013 a média do benefício pago as famílias era de R\$ 149,71, sendo em média a família composta por 3,6 pessoas.

Todas as tabelas, gráficos e mapas apresentados abaixo foram elaborados através das pesquisas realizadas por Camargo *et al* (2013).

A composição familiar é apresentada da seguinte forma pelo Programa Bolsa Família: unipessoal, monoparental feminino, monoparental masculino, só casal, casal com filhos, biparental e outros parentes, monoparental feminino e outros parentes, monoparental masculino e outros parentes e outros. Sendo distribuído da seguinte forma por região:

**TABELA 3: Arranjo familiar das Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por região**

Famílias beneficiárias por arranjo familiar, segundo as grandes regiões (março de 2013)  
(Em %)

Arranjo familiar	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Unipessoal	4,8	1,9	5,9	4,6	4,2	3,1
Monoparental feminino	42,2	44,9	39	46,8	41,4	46,7
Monoparental masculino	1,6	2,8	1,7	1,1	1,3	1,5
Só casal	2,9	1,5	4,1	1,8	2,0	1,7
Casal com filhos	37,6	37,9	39,1	34,3	40,5	34,7
Biparental e outros parentes	2,7	2,9	2,6	2,6	3,0	2,8
Monoparental feminino e outros parentes	4,7	4,1	4,1	5,8	4,7	5,5
Monoparental masculino e outros parentes	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Outros	3,3	3,8	3,4	2,9	2,8	3,9

Fonte: CadÚnico (SENARC/MDS).

Desta forma, podemos perceber aqui a porcentagem relevante da composição familiar, onde a mulher é a única provedora do recurso (42,2%), sendo maior do que o percentual de “casal com filhos” (37,6%).

A faixa etária a nível nacional está concentrada na faixa etária de 25 a 34 anos, seguido de 35 a 44 anos. O grau de escolaridade nos traz uma informação que vale uma reflexão importante, a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família em mais de sua metade, a nível nacional, não concluíram o Ensino Fundamental (52,1%), a região Sul neste item, detêm o maior índice de famílias com Ensino Fundamental incompleto (60,4%), ao passo que a região Nordeste apresenta o maior índice de pessoas sem Instrução (16,0%).

**TABELA 4: Faixa etária e Grau de instrução dos responsáveis das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por região**

Perfil dos responsáveis familiares (faixa etária e grau de instrução), segundo as grandes regiões (março de 2013)  
(Em % do total de responsáveis familiares)

Faixa etária	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
De 16 a 17 anos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
De 18 a 24 anos	9,1	10,9	9,1	8,4	9,4	8,8
De 25 a 34 anos	34,3	38,2	33,1	34,7	32,7	37,7
De 35 a 44 anos	30,4	28,7	29,4	32,5	31,1	32,4
De 45 a 54 anos	17,7	14,6	19,4	16,5	18,5	13,7
De 55 a 64 anos	7,1	6,2	7,8	6,4	6,9	5,7
65 anos ou mais	1,2	1,3	1,2	1,3	1,2	1,6
Sem informação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Grau de instrução	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sem instrução	12,1	11,5	16,0	6,9	7,1	8,6
Fundamental incompleto	52,1	50,9	50,8	52,8	60,4	52,0
Fundamental completo	9,5	9,3	8,2	11,3	12,1	10,4
Médio incompleto	7,7	8,4	6,9	8,8	7,5	9,2
Médio completo	12,0	11,9	12,0	13,0	8,0	13,8
Superior incompleto ou mais	0,4	0,4	0,3	0,5	0,5	0,8
Sem informação	6,1	7,6	5,8	6,7	4,5	5,1

Fonte: CadÚnico (SENARC/MDS).

Sobre a localização dos domicílios dos beneficiários do Programa Bolsa Família, analisado desde 2007, há um aumento da quantidade de domicílios localizados na área urbana, conforme tabela abaixo.

**TABELA 5: Perfil dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Perfil dos domicílios de famílias beneficiárias do PBF (mar. 2007 e fev. 2013)  
(Em %)

Tipo de localidade	2007	2013
Urbanas	69,2	75,3
Rurais	30,8	24,6
Tipo de construção dos domicílios	2007	2013
Com alvenaria	70,0	76,1
Sem alvenaria	30,0	23,9
Atendimento serviços públicos adequados	2007	2013
Abastecimento de água (rede pública)	64,8	67,5
Coleta de lixo	66,3	68,8
Escoamento sanitário (rede pública ou fossa séptica)	52,5	57,1

Fonte: CadÚnico (SENARC/MDS).

A tabela abaixo, elaborada pelos autores, nos demonstra o sexo das pessoas beneficiárias e declaração de sua raça/cor, com comparativo de 2007 a 2013. Vale

ressaltar que esta tabela sobre sexo, é das pessoas beneficiárias de forma geral, não o responsável pelo cartão.

**TABELA 6: Sexo, raça e faixa etária das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família.**

**Perfil das pessoas beneficiárias do PBF (mar. 2007 e fev. 2013)**  
(Em %)

Sexo	2007	2013
Masculino	47,0	44,5
Feminino	53,0	55,5
Raça/cor	2007	2013
Branca	30,1	24,9
Preta	8,3	7,0
Parda	60,7	67,0
Amarela	0,4	0,4
Indígena	0,5	0,8
Faixas etárias	2007	2013
0 a 6 anos	10,2	15,1
7 a 15 anos	30,3	28,0
16 a 24 anos	19,1	5,7
25 a 34 anos	14,3	11,8
35 a 44 anos	13,6	14,4
45 a 54 anos	7,6	12,7
55 a 64 anos	3,4	7,9
65 anos ou mais	1,4	3,5

Fonte: CadÚnico (SENARC/MDS).

Sobre o fato das mulheres serem, em grande maioria, portadoras do cartão que recebe o benefício do Programa Bolsa Família, podemos perceber pela tabela elaborada que esta realidade está presente desde 2007, aumentando de lá para cá, apenas 1% a participação da mulher. Esta tabela nos permite fazer um comparativo geral do sexo, escolaridade e faixa etária de 2007 a 2013.

**TABELA 7: Sexo, escolaridade e faixa etária dos responsáveis das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.**

Perfil dos responsáveis familiares do PBF (mar. 2007 e fev. 2013)  
(Em %)

Sexo	2007	2013
Masculino	7,9	6,9
Feminino	92,1	93,1
Escolaridade	2007	2013
Analfabeto	17,3	12,1
Ensino fundamental	69,2	61,6
Ensino médio	13,2	19,8
Faixas etárias	2007	2013
16 a 24 anos	6,7	9,2
25 a 34 anos	32,6	34,3
35 a 44 anos	33,4	30,4
45 a 54 anos	17,7	17,7
55 a 64 anos	7,2	7,1
65 anos ou mais	2,3	1,2

Fonte: CadÚnico (SENARC/MDS).

Todos estes estudos estão publicados no relatório do IPEA, divulgados quando o Programa Bolsa Família completou 10 anos, no ano de 2013. Este estudo teve como objetivo traçar o perfil das famílias beneficiárias para se ter um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo, além de diagnosticar os desafios deste Programa para superação da pobreza por parte destas famílias, conforme afirmado pelos autores.

### 3. POLÍTICAS SOCIAIS E GÊNERO

Pode não estar explícito que o PBF é uma política de gênero, pois seu principal objetivo é o combate da pobreza, mas quando há uma grande maioria de beneficiários sendo mulheres, se percebe uma política social associada à questão de gênero.

Como vimos, políticas sociais são ações desenvolvidas pelo Estado. As políticas direcionadas à questão de gênero foram implantadas na pauta do governo através das reivindicações dos movimentos feministas. Aqui no Brasil, mais fortemente na década de 80, período onde se iniciaram as privatizações dos serviços públicos e nos anos 90 uma redução maior do Estado. Este movimento propõe a equidade de gênero.

Discutir a questão de gênero é discutir as relações de poder entre homens e mulheres.

O termo *gênero* se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o *sexo* se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior *status* que a construção social do ser mulher. (SOARES, 2004, p. 113)

Para percebermos os reflexos desta hierarquia entre homens e mulheres, basta fazermos um breve resgate histórico sobre algumas conquistas. O direito ao voto feminino, por exemplo, foi conquistado em 1932. A decisão sobre ter ou não filhos só foi alcançado pelas mulheres nos inícios dos anos 60, com a liberação do uso de anticoncepcionais. Estudos não eram tão necessários, já que o casamento era o destino, situação na qual os maridos seriam responsáveis pelo sustento feminino. Inclusive com uma lei que garantia aos homens o direito de anular o casamento caso descobrisse que sua mulher não era mais virgem.

A mulher estava destinada ao mundo privado, à criação dos filhos e aos cuidados da casa. O espaço público era algo destinado aos homens, por isso, os espaços de poder, onde acontecem às decisões, ainda são predominantemente ocupados pela figura masculina.

Isso reflete nos dados da presença das mulheres nos cargos eletivos, como nas Câmaras de Vereadores, nas Prefeituras, nas Assembleias Estaduais, na Câmara

dos Deputados e no Senado. Nem a eleição de uma presidente mulher, cargo do mais alto escalão, foi a garantia da reversão desta realidade. Em Chapecó, dos 21 vereadores eleitos, somente duas são mulheres, na Assembleia Legislativa de SC, dos quarenta Deputados, somente quatro são mulheres, tendo uma diminuição de uma mulher deputada eleita em comparação com a legislatura anterior.

Ações como a obrigatoriedade de cotas nos partidos políticos, destinando 30% das vagas nos cargos de disputa eleitoral para candidatas mulheres, são pensadas para garantir a presença das mulheres nesses espaços.

A CUT<sup>6</sup>, uma das maiores centrais sindicais de trabalhadores de nosso país, adotou em sua atual eleição à direção, o sistema de paridade. Obrigatoriamente a direção possui número par de cargos e é dividida de forma igual entre os gêneros. É um passo importante, além da central adotar esta medida, todas as entidades orgânicas a ela terão que em suas próximas eleições de direção acatar o mesmo modelo de paridade na distribuição dos cargos.

Tomando como inspiração a decisão da CUT, para tecer algumas reflexões, é necessário pensar de que forma acontece a inclusão da mulher nas mais diversas esferas, como afirma Maria Lucia da Silveira.

Explicitando os riscos a partir do mote geral da inclusão, visto como panaceia para todos os males, há que se perguntar: O guarda chuva da inclusão social é suficiente? É suficiente incluir as mulheres sem nos perguntarmos de que modo se dá a inclusão? É necessário indagar se tais propostas visam alterar a lógica das desigualdades que colocam as mulheres em papel subordinado. Muitas vezes, essas propostas de inclusão nada mais são do que instrumentalização das mulheres como substitutas da ausência de políticas sociais e criam armadilhas no caminho de sua cidadania, pressuposto que deveria balizar a construção de uma política pública. (SILVEIRA, 2004, p. 67)

Para justificar esta preocupação, a autora cita o exemplo de uma proposta do Ministério da Educação, de em 2003, criar um Programa de bolsa para mães que cuidam de seus filhos de até os 3 anos de idade e não estão matriculados na pré-escola. Para a autora seria a criação de “mãe crecheira”, esta questão, “[...] é sintomática da perda de horizonte da universalidade e dos direitos de cidadania e das lutas sociais expressas, em grande medida, na Constituição de 1988.” (SILVEIRA, 2003, p. 67).

---

<sup>6</sup>Central Única dos Trabalhadores



Esta ação reforçaria ainda mais o papel da mulher como a única responsável pela educação dos filhos, reforçando o papel de cuidadora. Além de privar a criança da socialização com outros, pela insuficiência de creches públicas, priva a mulher ao direito de buscar o seu trabalho.

Alguns dos problemas estão no fato de políticas de gênero, muitas vezes, assumirem, como denomina a autora, o caráter de “políticas familistas”, ancoradas principalmente na mulher.

Tais visões consagram e reproduzem a tradicional divisão sexual do trabalho e ignoram um processo de construção de cidadania “não regulada” que se assenta na visão de sujeitos integrais que circulam nos espaços público e privado com autonomia. (SILVEIRA, 2004, p. 68)

Para pensar ações que resgatem a mulher como sujeito das políticas, é necessário definir estratégias e prioridades e envolver as três esferas de governo, federal, estadual e municipal, alerta a autora. Sempre pensando a superação da condição de subordinada que a mulher possui na sociedade.

O que ocorre é que a função de um Estado democrático é justamente elaborar políticas que reconheçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres, portanto, é legítimo atuar pensando em uma lógica de políticas públicas que pensam sempre no impacto diferenciado para homens e mulheres, mas também reconheça legitimidade a ações específicas voltadas ao fortalecimento das mulheres que, enquanto coletivo social, estão em condições subordinadas na sociedade. Por isso, é decisivo encarar as mulheres como sujeito da formação, e as práticas decorrentes a exemplo de algumas das políticas de *empowerment* e de ações afirmativas, como as quotas para mulheres. (SILVEIRA, 2004, P. 71)

Silveira propõem pensar políticas sociais para garantir a autonomia da mulher criando ações que deem condições de independência financeira e divisão do trabalho doméstico, através de programas que estimulem a geração de emprego e deem suporte social ao trabalho das mulheres, como ampliação de vagas nas creches públicas, lavanderias coletivas e restaurantes populares. Possibilitando que,

[...] a mulher possa ter algum controle sobre o seu tempo e possa dedicar-se ao trabalho remunerado, mas também veja diminuída a sobrecarga de trabalho doméstico e possa também se capacitar profissionalmente, estudar ou ter algum tempo para o lazer e a cultura, depende em grande medida que o Estado reveja sua abordagem de gênero em um espectro muito amplo de políticas. (SILVEIRA, 2004, p. 73)

Ao propor políticas para mulheres é necessário que de fato esta palavra esteja no plural, pois não existe a *mulher brasileira*, como cita, Vera Soares, em meio à diversidade é preciso respeitar esta pluralidade, “[...] tanto no que se refere a suas condições econômicas, como sua heterogeneidade étnica, racial e cultural.” (SOARES, 2004, p.113). Isso implicaria diretamente em propostas de políticas mais complexas.

O Estado pode assumir várias ações que visem combater as discriminações e desigualdades, conforme cita a autora, uma delas é através da implantação de coordenadorias ou secretarias de políticas para as mulheres que devem ser implantadas nas três esferas de poder. Assim se pensaria do macro para o micro, as políticas para as mulheres, respeitando também as suas especificidades.

Outro ponto de suma importância é pensar políticas de combate à violência contra a mulher. A violência física é o grau último desta hierarquia em nossa sociedade. Presenciamos diariamente em nossos noticiários manchetes sobre assassinatos de mulheres, a motivação geralmente é passional, reflexo do pensamento errôneo da mulher como propriedade do homem.

A Lei do Feminicídio (Lei 13.104 de 09 de Março de 2015), que também é uma política no combate a violência contra a mulher, sancionada este ano pela presidente Dilma Rousseff, é um passo importante, pois torna hediondo o crime contra a mulher, sendo considerado o crime como de extrema gravidade, não sendo passível de fiança e nem de redução de pena. Porém antes de pensar em punição, precisamos trabalhar a prevenção.

Uma forma de trabalhar a prevenção é o de promover debates para quebrar estes paradigmas que são utilizados contra a mulher. A polêmica envolvendo a retirada do tema “gênero” em alguns Planos Municipais de Educação expressou uma tentativa clara de se invisibilizar este mau em nossa sociedade. Com isso a sociedade perde a grande oportunidade de tocar em uma ferida secular e ainda aberta.

### **3.1 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**

Utilizando-se dos preceitos do materialismo histórico e dialético de Karl Marx, no qual não é possível compreender o sujeito fora da história, somente olhando para

nossa história e suas relações sociais provenientes dela, entenderemos o porquê que algumas coisas se estabelecem desta ou daquela forma.

Vimos acima, as opressões que as mulheres sofrem, somente pelo fato de ser mulher, o biológico como determinante e legitimador de preconceitos, desigualdades e subordinações.

A pobreza têm se tornado um problema feminino, os lares chefiados por mulheres, têm se tornado mais pobres do que aqueles chefiados por homens ou por casal.

A divisão sexual do trabalho nos traz confirmações de desigualdades. As mulheres, além de receberem remuneração menor, mais especificamente em cargos de chefia, os homens predominam nos cargos de alto escalão. Para isso são dadas as mais diversas justificativas, dentre elas a de que as mulheres se ausentam mais do trabalho do que os homens, em função, por exemplo, do direito a licença maternidade, o que a afasta por um período mais longo do trabalho e durante a criação dos filhos, também tendem a se ausentar mais, pois assumem maiores responsabilidades com a educação dos filhos.

Podemos perceber que é predominante a presença feminina em cargos como secretária, recepcionista, telefonista, faxineira, costureira, ou seja, em cargos onde se requer mais delicadeza, isto em função de uma construção cultural, de que esta característica deve fazer parte dos atributos de ser mulher.

Maria Salete F. Novelino, em seu artigo "*Os Estudos sobre Feminização da pobreza e Políticas Públicas para Mulheres*", elenca os principais motivos pelos quais para ela as mulheres ficam mais vulneráveis. Ela utilizou-se do conceito trabalhado pela autora estadunidense Diane Pearce, que em 1978, introduziu o conceito "feminização da pobreza", para demonstrar que a pobreza está se tornando um problema feminino. Rompendo com a lógica de que somos culpados pelo nosso fracasso ou sucesso, desmistificando a casualidade como justificativa para algumas desigualdades.

"(a) Por entrarem no mercado de trabalho sem ter preparado seu capital humano para tal, lhes sobra ocupar atividades tipicamente femininas, de baixa remuneração, para as quais se exige pouco ou nenhum tipo de treinamento profissional. [...] Como resultado, o seu trabalho pode ser julgado, por seus empregadores, como temporário ou secundário, e suas famílias como seu compromisso principal; [...] (b) Por ficarem dependentes de pensão alimentícia, que, na quase totalidade dos casos, não é recebida, ou porque os pais de seus filhos não estão acessíveis, isto é, tomaram

direção ignorada, ou porque falta, a eles, recursos para sustentar uma nova família e, ao mesmo tempo, a anterior, isto é, eles não pagam pensão devido à sua própria pobreza. (c) Pela baixa participação como contribuintes do sistema de seguridade social.” (NOVELINO, 2004. p, 3)

Desta forma, as mulheres acabam se deparando com uma situação na qual não há muitas escolhas, estão sobrecarregadas com a administração do lar, cuidados dos filhos e dedicação ao trabalho, este último sendo prejudicado em função dos primeiros. O Nepec<sup>7</sup> realizou uma pesquisa focalizada na cidade de Santos-SP, e revelou que as mulheres que vivenciam esta sobrecarga, enfrentando todas as dificuldades, sociais, econômicas e até de violência, carregam consigo frustrações, medos, anseios e possuem baixa autoestima, porém não perdem a coragem e sempre lutam pela sobrevivência.

“A par da vulnerabilidade social a que estão expostas, pode-se constatar que elas também apresentam alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pelo sentimento de abandono, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela fragilização a que estão expostas cotidianamente na busca de estratégia para a sobrevivência de seu núcleo familiar.” (PINTO, 2011, p. 169)

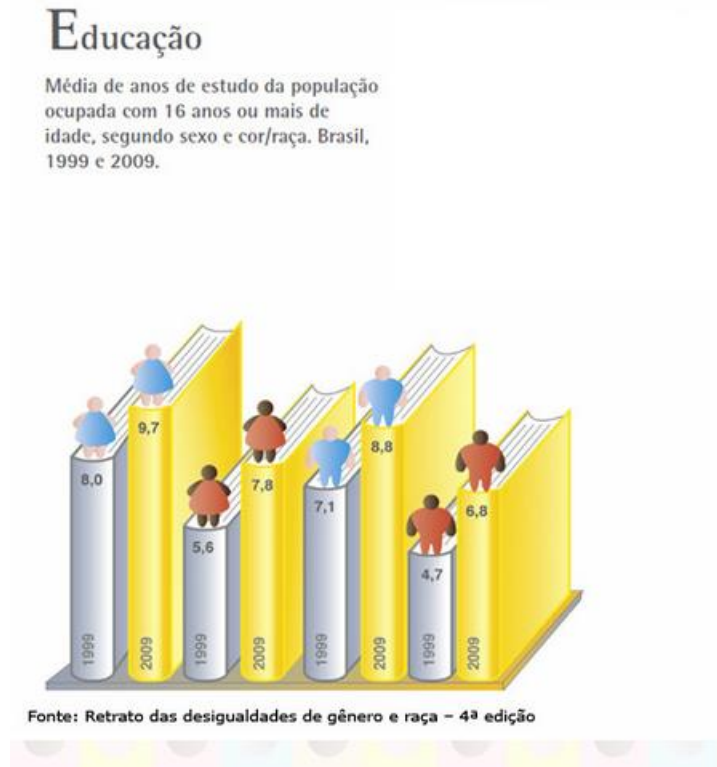
O Estudo do Nepec não se limitou a considerar a vulnerabilidade à pobreza que atingem estas mulheres, apenas como privação à renda, mas também dinâmica vivenciada pela família, o acesso aos serviços públicos, o emprego com qualidade e remuneração adequada e a existência de garantias legais e políticas.

Podemos demonstrar aqui, através de outro estudo chamado de *Retratos da Desigualdade*, divulgado em 2011 pelo IPEA, a confirmação da desigualdade acentuada de gênero em relação à educação, mercado de trabalho, tendo outro agravante quando se trata de gênero e raça.

---

<sup>7</sup> Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Saúde Coletiva. Núcleo vinculado ao Programa de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos.

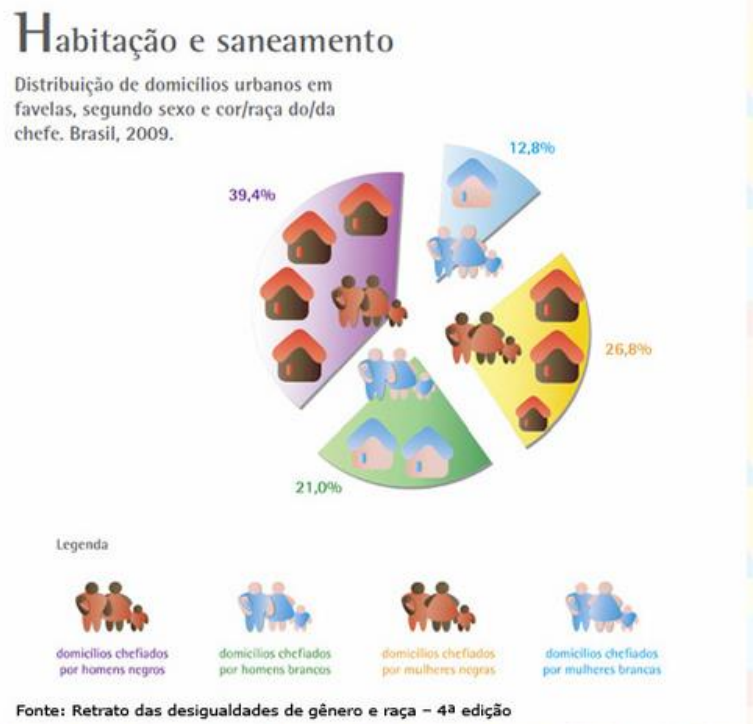
**FIGURA 1: Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça.**



**FIGURA 2: Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça.**



**FIGURA 3: Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da chefe**



**FIGURA 4: Renda média da população, segundo sexo e cor/raça**



Somos sabedores que estes dados não são coisas da casualidade, mas sim fruto deste processo histórico de subordinação da mulher na sociedade e as políticas sociais devem ter como objetivo romper com estes dados, que numa análise são somente dados ou estatísticas, mas na vida real causam muita dor, humilhação, violências físicas e simbólicas.

### **3.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A QUESTÃO DE GÊNERO**

Conforme já mencionado, a principal meta do Programa Bolsa Família é erradicação da pobreza e a garantia de alimentação diária para estas famílias. Porém a temática do empoderamento da mulher beneficiária tem sido outro fator amplamente divulgado pelo Governo.

Como já relatado, a maioria predominante da titularidade do cartão está em nome das mulheres, são elas as responsáveis pelo recebimento do benefício. Com isso o Governo tenta garantir, que sejam elas as responsáveis pela gestão do recurso, tendo o poder de decisão de como investir.

O jornal Inglês *The Guardian*, publicou em 2014 uma matéria com relatos de beneficiárias, entre eles o de Maria da Paz que vive na Rocinha – Rio de Janeiro/RJ. Em seu relato afirma: *“Eu substitui meu marido pelo Bolsa Família”*, segundo ela, suas duas filhas eram vítimas de agressão de seu ex-marido e com o recebimento do benefício pode tomar a decisão de se separar dele.

Em 2007 a Secretária da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Rosani Cunha, afirmou que.

O fato de receber e administrar os recursos tem feito com que as mulheres, segundo pesquisas realizadas pelo MDS, tenham fortalecido seu papel na família e na comunidade. Dentre os efeitos positivos podem ser destacados o acesso ao crédito, a previsibilidade da renda, o planejamento do orçamento doméstico, a “melhora da auto-estima” das mulheres, a redução da dependência com relação ao parceiro e a redução dos conflitos domésticos, que leva à diminuição da violência contra as mulheres.

Nas várias pesquisas e leituras feitas, não foi possível localizar o que o Governo entende por empoderamento da mulher. Na fala da Secretária Rosani Cunha,

podemos perceber a utilização da palavra “melhora da autoestima” como também redução da dependência do parceiro e redução da violência contra mulher.

Esta questão pode não estar explícita no Programa Bolsa Família, mas o fato de as mulheres serem a maioria nas camadas mais pobres pode ser o motivo pelo qual o Governo optou por priorizá-las na titularidade do benefício.

Outras ações são promovidas pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com o Poder Público local, para qualificar a beneficiária e torná-la apta ao mercado de trabalho. É claro que as ações não são exclusivas para as mulheres, mas utilizaremos o termo feminino por ser a maioria.

Uma das ações do Governo é oferta de cursos técnicos através do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, nele a beneficiária ganha cursos gratuitos. O Pronatec oferece hoje mais 12 milhões de vagas. Cada município possui ofertas de cursos diferenciados, pois depende da parceria que se estabelece. Os cursos normalmente são oferecidos em escolas públicas estaduais, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem - como o SENAI e o SENAC. As inscrições são através do SisuTec.

O acesso ao crédito foi outra forma encontrada pelo Governo para estimular as pessoas beneficiárias para abrirem ou impulsionarem o seu próprio negócio. Em 2005 foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), promove o microcrédito por meio de taxas de juros mais baixas, maior prazo e menos burocracia. Os empreendedores podem aplicar os recursos em capital de giro ou investimento.

Uma das principais experiências desenvolvidas localmente, e amplamente divulgada pelo Governo, é a ação desenvolvida pelo Banco do Nordeste do Brasil. É uma das principais experiências de acesso ao microcrédito para beneficiárias/os, através do Programa Crediamigo, criado ainda em 1997.

São todas ações na tentativa de qualificar a beneficiária para o mercado de trabalho ou para seu próprio negócio, incentivando uma remuneração maior e criando possibilidades da beneficiária superar sua situação de vulnerabilidade e poder deixar de receber o benefício, contribuindo assim para sua independência do programa.



Pesquisa realizada por Walquiria Leão D. Rego, e Alessandro Pinzani, pública no relatório do IPEA e que também resultou na publicação do livro “*Vozes do Bolsa Família*”. Nela, os autores entrevistaram beneficiárias da área rural e de pequenas cidades do interior do Alto Sertão de Alagoas e zonas litorânea deste estado; o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais; localidades do interior do Piauí e Maranhão; além da periferia de Pernambuco.

Nos achados sobre o programa os autores relatam que,

Certamente impactou-lhes a vida, apesar de não lhes assegurar o acesso completo a outros direitos sociais, já que continuam pobres e carentes de inúmeros direitos, demora certo tempo para que revelem as alterações mais complexas, em especial, as referentes a decisão de ordem moral, como separações conjugais ou o desejo de fazê-las. (REGO & PINZANI, 2013, p. 360)

Nesta pesquisa, contrariando o que é afirmado pelo senso comum de que as pessoas preferem receber benefício do que trabalhar, quase todas afirmaram que preferiam trabalhar do que receber o benefício, até pelo baixo valor que recebem.

Todas elas afirmam da importância do cartão que dá direito a receber o benefício estar em seu nome. Segundo os relatos, se estivessem em nome de seus companheiros, seria utilizado para bebida, mesmo negando que seus maridos bebessem.

Na pesquisa os autores afirmam que o programa pode oportunizar uma possível saída da dominação de gênero.

O PBF se insere em uma ainda incipiente política pública de cidadania. O fato de ser ainda insuficiente como tal, não nos permite ignorar suas possibilidades de se tornar uma consistente política de formação de cidadãos, se complementada por um conjunto mais amplo de políticas públicas que visem este alvo – a formação da cidadania democrática no Brasil. Neste sentido, começamos pela mais preliminar de todas as prerrogativas da cidadania, porque diz respeito ao principal direito, o direito à vida, que o atual PBF garante. (REGO & PINZANI, 2013, p. 363)

Os autores chamam atenção para o fato de que a libertação da opressão conjugal ainda não é possível nestas regiões consideradas como atrasadas e pobres, devido ao rígido controle familiar sob a mulher.

Para a grande maioria das famílias pesquisadas, o programa é o único rendimento recebido de forma regular, a luta é diária para suas sobrevivências,

comparando-as aos animais para caça da comida. O que elas querem é uma vida digna e poder sair de seus casebres.

O programa para os autores, esta dando os primeiros passos para a formação de uma cidadania democrática no Brasil, apesar deste ser um caminho longo e penoso. Alertam que os impactos do programa será muito mais efetivo se conciliar políticas municipais que estimulem as mulheres a participação política,

[...] através de sua organização em conselhos de vários tipos e com diferentes finalidades, como por exemplo: efetuar o controle social do programa, fiscalizar sua implementação e o cadastramento, e, sobretudo, ouvi-las em suas demandas e críticas a possíveis desvios (como fraudes de cadastro) e outros problemas encontrados na vivência na cidade. (REGO & PINZANI, 2013, p. 365).

Uma das principais críticas feita pelos autores é de que as autoridades locais se limitam a gerir o programa, apenas alimentando basicamente o cadastro. Sem se comprometer com a criação de outras políticas que de fato elevem o programa a uma política pública de cidadania, comprometidos com a radicalização de nossa democracia.

#### **4. A EXPERIÊNCIA LOCAL COM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Neste capítulo, relataremos sobre a experiência vivida com as mulheres beneficiárias que foram entrevistadas e as possíveis análises realizadas a partir dos relatos. Como a mudança de foco desta pesquisa, o principal objetivo passou a ser a percepção destas mulheres sobre cidadania e se o programa se configura como uma política de cidadania.

Como todo resultado é fruto de um contexto, no capítulo 2, foi necessário contextualizar sobre a formação da região do Nordeste e da região Sul para entendermos o porquê da discrepância de alguns dados em relação a outros. Entretanto se faz necessário contextualizar um pouco do município em que esta pesquisa foi realizada.

##### **4.1 DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

O município de Chapecó, está situado no Oeste do Estado de Santa Catarina. A cidade é conhecida como “capital do oeste catarinense” pela sua importância para esta região.

Pelo censo do IBGE<sup>8</sup> de 2010, a população era de 183.530 pessoas, com a estimativa para 2015 de 205.795.

Sua economia foi por muito tempo baseada na agroindústria, mas nos últimos anos vem se diversificando para o setor de serviços e indústrias.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, em 2010 situava-se na faixa de 0,790, o que é considerado a faixa de Desenvolvimento Humano Alto. O que mais contribui para este dado são índices da longevidade, renda e educação. Conforme tabela abaixo, com evolução de 1991 a 2010.

---

<sup>8</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**TABELA 8: Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes**

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Chapecó - SC

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,303	0,551	0,727
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	33,71	45,18	62,97
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	30,23	82,10	97,83
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	44,21	78,73	94,08
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	26,36	49,42	68,77
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	14,34	32,90	51,90
<b>IDHM Longevidade</b>	0,758	0,807	0,871
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,46	73,40	77,25
<b>IDHM Renda</b>	0,643	0,713	0,779
Renda per capita (em R\$)	437,01	674,35	1.017,34

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A renda da população chapecoense subiu mais de 130% dos anos 1991 para 2010, conforme tabela.

**TABELA 9: Renda, pobreza e desigualdade em Chapecó**

Renda, Pobreza e Desigualdade - Chapecó - SC

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	437,01	674,35	1.017,34
% de extremamente pobres	10,55	5,33	0,65
% de pobres	28,01	14,71	2,70
Índice de Gini	0,56	0,57	0,48

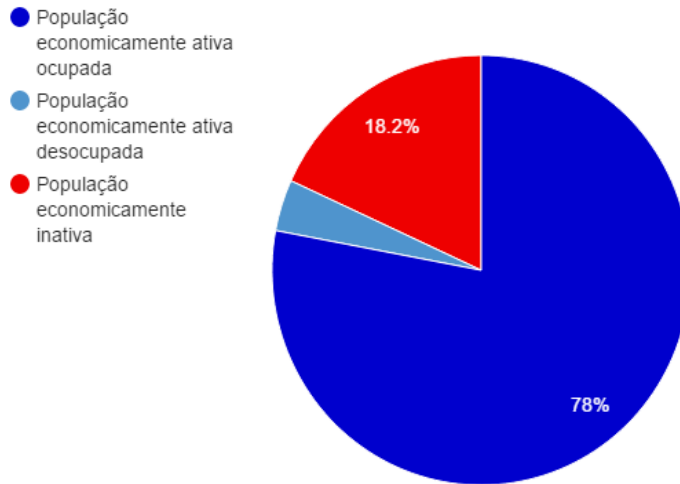
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O Índice de Gini mede numericamente a distribuição de renda, a medida é de 0 a 1, onde 0 significa situação de total igualdade e 1 significa completa desigualdade de renda. Percebemos desta forma que Chapecó está praticamente no meio desta classificação, mas tendo uma queda na desigualdade de renda desde 1991.

No que se refere à concentração da população economicamente ativa, ou seja, população que está inserida no mercado de trabalho com remuneração, no ano de 2010, Chapecó possui 78% nesta faixa. Observamos gráfico abaixo.

## GRÁFICO 2: Composição da população de 18 anos ou mais economicamente ativa ou inativa

Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010



Os dados sobre vulnerabilidade social são apresentados abaixo.

### TABELA 10: Vulnerabilidade social em Chapecó

Vulnerabilidade Social - Chapecó - SC

	1991	2000	2010
<b>Crianças e Jovens</b>			
Mortalidade infantil	23,57	20,40	10,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	68,80	41,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	21,17	4,28	1,64
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	8,67	2,07
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,05	3,60	2,39
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	10,54	11,32
<b>Família</b>			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	12,79	12,10	15,22
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,53	1,82	0,57
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	15,41	9,00	1,41
<b>Trabalho e Renda</b>			
% de vulneráveis à pobreza	52,67	34,52	10,35
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	37,83	21,84
<b>Condição de Moradia</b>			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	79,00	91,85	97,86

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Todos os dados de vulnerabilidade apresentam decréscimo, com exceção do aumento de famílias chefiadas por mulheres que não possuem o ensino fundamental e com filhos menores e a taxa de atividade de pessoas com 10 a 14 anos.

A porcentagem de pessoas vulneráveis à pobreza foi o item que apresentou uma queda significativa, saindo em 1991 de 52,67% para 10,35%. Esta queda pode estar diretamente ligada à geração de emprego na cidade, em consonância com o crescimento econômico do país.

#### 4.2 O PERFIL LOCAL DO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Através das informações disponíveis no sistema on-line do MDS (Relatório de Informações), no mês de novembro de 2015, o programa fez um repasse no valor de R\$ 510.851,00 às famílias beneficiárias do Programa, em Chapecó. No município, 89,20 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar, sendo que a média nacional é de 86,70 %.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 2.697 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município. Para 2014, foi pactuada a oferta de 1.134 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

**TABELA 11 – Faixa de renda das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (MUNICIPAL)**

Famílias beneficiárias do PBF do município de Chapecó, por faixa de renda (Junho de 2015) (Em%)		
Extrema Pobreza	1.625	41,24%
Pobreza	1.689	42,86%
Baixa Renda	626	15,89%

Podemos observar, comparando com a Tabela 2, dos beneficiários no âmbito nacional, que há uma diferença no enquadramento da renda. Lá os beneficiários concentram-se nas famílias de extrema pobreza, enquanto no município de Chapecó há uma divisão maior, concentrando quase que igualmente entre extrema pobreza e pobreza. Nacionalmente deve-se ao fato da região Norte e principalmente o Nordeste conterem porcentagem concentrada nesta linha.

Na tabela a seguir, demonstraremos a faixa etária do responsável pelo benefício, bem como seu grau de escolaridade.

**TABELA 12 – Faixa etária do/a responsável pelo recebimento do benefício do PBF (MUNICIPAL)**

Perfil dos responsáveis familiares do PBF - faixa etária (Junho de 2015)		
De 16 a 17 anos	14	0,36%
De 18 a 24 anos	464	11,78%
De 25 a 34 anos	1.381	35,06%
De 35 a 44 anos	1.156	29,35%
De 45 a 54 anos	639	16,21%
De 55 a 64 anos	248	6,29%
65 anos ou mais	38	0,96%
Sem resposta	0	0%

**TABELA 13 – Grau de instrução do/a responsável pelo recebimento do benefício do PBF (MUNICIPAL)**




Perfil dos responsáveis familiares do PBF - grau de instrução (Junho de 2015)		
Creche	0	0%
Pré	0	0%
Classe de Alfabetização	2	0,05%
Ensino Fundamental 1º a 4º séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau	1.215	30,85%
Ensino Fundamental 5º a 8º séries, Médio 1º ciclo (Ginásial), Segunda fase do 1º grau	1.713	43,47%
Ensino Fundamental (duração 9 anos)	19	0,48%
Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)	648	16,45%
Ensino Médio Especial	2	0,05%
Ensino Fundamental EJA	2	0,05%
Ensino Fundamental EJA	12	0,30%
Ensino Médio EJA (Supletivo)	4	0,10%
Alfabetização para adultos (Mobral, etc.)	2	0,05%
Nenhum	0	0%
Sem resposta	299	7,59%

Traçando um comparativo entre as tabelas de faixa etária e grau de escolaridade dados nacionais (Tabela 4) e local, checamos que a faixa etária do responsável pelo recebimento do benefício concentra-se entre 25 e 44 anos de idade em ambos os casos, nas demais faixas etárias também quase que se assemelham a divisão. Quanto ao grau de escolaridade, diferenciam-se um pouco a nomenclatura para enquadramento, mas podemos perceber de igual forma que os responsáveis pelo recebimento do benefício em nível nacional concentram-se no Ensino Fundamental Incompleto, enquanto em nível municipal concentram-se no

Ensino Fundamental, porém com uma porcentagem maior no completo. Podemos perceber que em nível municipal não há referência a nível superior incompleto ou mais, levando nos a concluir que não existem beneficiários com nível superior.

Nesta tabela, veremos as situações dos domicílios divididos por localização, sendo urbanas e rurais.














**TABELA 14 – Situação dos domicílios das famílias beneficiárias do PBF (MUNICIPAL)**

Situação dos domicílios das famílias beneficiárias do PBF (Junho de 2015)		
Urbanas	 3.262	82,80%
Rurais	 656	16,64%
Situação de rua	 22	0,56%

Comparando a situação dos domicílios em âmbito nacional (Tabela 5), diferenciados por Rural e Urbano, os dados não são diferenciados, mostrando-nos que há uma concentração maior em ambos os casos dos beneficiários encontrarem-se na área urbana, porém nos dados nacionais não há menção a beneficiários em situação de rua.

Sobre a faixa etária das pessoas beneficiárias, não somente do responsável pelo benefício, os dados locais se apresentam da seguinte forma. Sendo que o número de pessoas atendidas pelo programa é de 11.818.

**Tabela 15: Faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (MUNICIPAL)**

Faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (Junho de 2015)		
Entre 0 e 4	 1.598	13,53
Entre 5 a 6	 918	7,76
Entre 7 a 15	 2.652	22,45
Entre 16 a 17	 836	7,07
Entre 18 a 24	 1.316	11,14
Entre 25 a 34	 1.642	13,89
Entre 35 a 39	 826	6,98
Entre 40 a 44	 681	5,76
Entre 45 a 49	 513	4,35
Entre 50 a 54	 389	3,29
Entre 55 a 59	 230	1,94
Entre 60 a 64	 139	1,18
Maior que 65	 78	0,66
Sem Resposta	0	

Em comparação com os dados nacionais da Tabela 6, que agrupa de forma diferenciada as idades, considerada todas as regras, percebemos que a maior



diferença recai sobre a faixa etária dos 16 a 24 anos, no âmbito nacional representa apenas 5,7%, enquanto no local concentra a maior faixa etária 25,14%.

Abaixo, tabela que demonstra sexo do responsável pelo recebimento do benefício.

**TABELA 16 – Sexo do responsável pelo recebimento do PBF (MUNICIPAL)**

Sexo do responsável pelo recebimento do benefício PBF (Junho de 2015)		
Masculino	89	2,26%
Feminino	3.851	97,74%
Sem Resposta	0	

Percebemos que o município de Chapecó supera a porcentagem de mulheres que são as responsáveis pelo recebimento do benefício em comparação a porcentagem nacional, representando quase que a maioria absoluta.

Outros dados foram repassados pela Diretora de Proteção Social, que não são comparáveis com os dados nacionais por não terem sido apresentados de tal maneira, mas que também não são menos significativos para nossa análise.

A quantidade de famílias indígenas assistida pelo programa em Chapecó é de 227 famílias. O número de pessoas com deficiência que recebem o benefício é de 348 pessoas. Outro dado interessante é a divisão dos beneficiários em grupos específicos conforme tabela abaixo.

**TABELA 17 – Grupos tradicionais e específicos atendidos pelo PBF (MUNICIPAL)**

Grupos tradicionais e específicos atendidos pelo PBF (Junho de 2015)	
Familia Cigana	0
Familia Extrativista	0
Familia de Pescadores Artesanais	5
Familia Pertencente a Comunidade de	0
Familia Ribeirinha	0
Familia Agricultores Familiares	91
Familia Assentada da Reforma Agraria	11
Familia Beneficiaria do Programa	0
Familia Acampada	0
Familia Atingida por Empreendimentos	0
Familia de Preso do Sistema Carcerario	14
Familia Catadores de Material	62
<b>Total</b>	<b>183</b>

Finalizando as comparações quantitativas, percebemos que o perfil dos beneficiários se repete nos dados de Chapecó. A grande maioria está na área urbana, fácil de concluirmos que dentro desta área urbana a localização destes indivíduos esta nas margens e periferia das cidades. São indivíduos em sua grande maioria, com baixa escolaridade, o que, conseqüentemente, os transforma no mercado de trabalho em mão-de-obra barata, devido a sua baixa qualificação. Há uma concentração da faixa etária na fase mais produtiva do indivíduo, entre 25 e 44 anos de idade, fase na qual, geralmente a vida reprodutiva também é mais provável. Aumentando assim a divisão da renda familiar, contribuindo para diminuição da renda per capita. O sexo das pessoas beneficiárias segue a lógica das mulheres serem a maioria na sociedade também. E sobre o sexo do responsável pelo recebimento do benefício, isso nos faz problematizar se é característica do programa se uma política de combate à pobreza com recorte de gênero.

Não foi possível fazer um levantamento da pertença étnica e a localização por bairro dos beneficiários, pois segundo a responsável pelo fornecimento dos dados, este dado no sistema de consulta restrito a Prefeitura, estava dando como zerado.

#### **4.3 DAS ESTATÍSTICAS PARA VIDA REAL: UMA “PROSA” COM MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Como já mencionado na introdução, todas as minhas entrevistas foram feitas com mulheres residentes do Distrito de Marechal Bormann.

Suas faixas etárias variam de 25 a 46 anos. Algumas delas pelos sofrimentos vivenciados aparentavam ter muito mais.

Duas são analfabetas, a com maior escolaridade, estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental. Algumas delas tentaram voltar a estudar, mas pelas adversidades da vida não conseguiram prosseguir. Uma delas pela baixa visão e pela falta de recursos para correção desistiu dos estudos.

A maioria se declara como amasiada, quanto ao seu estado civil, uma é solteira e outra separada.

Todas têm filhos menores, com exceção da entrevista mais velha (46 anos), que só possui filhos maiores de idade. As demais, a que menos tem filhos, tem 1 e a que mais tem, tem 5 filhos. A faixa etária dos filhos menores das beneficiárias é de 3 a 16 anos. Somente em uma das famílias encontrei enteados fazendo parte da composição familiar.

O valor do benefício varia entre R\$ 35,00 para a que menos recebe e R\$ 262,00 para a que mais recebe. Em média a que menos tempo recebe o benefício, recebe a 1 ano e a que mais tempo recebe faz 7 anos.

Metade delas estão empregadas, duas trabalhavam e estão desempregadas e somente quatro nunca trabalharam, considerando o trabalho formal, com carteira assinada e demais direitos.

No momento da definição da pesquisa, parti do princípio que conhecendo uma mulher, esta conheceria outras para me indicar, mas de início não foi isso que ocorreu, foram várias as buscas para se chegar a estas mulheres, e é claro, em função da contribuição da dona Lourdes. Diante disso as questioneei se elas se envergonhavam ou tinham algum tipo de constrangimento em ser beneficiária do programa, mas contrariando minha impressão, todas elas afirmaram que não, tendo uma fala que me chamou muito a atenção.

Por que penso assim, a gente... não é pra te vergonha, é uma coisa que muitas vezes te tira necessidade. Por que uma vez não tinha nada disso né, tinha gente que passava fome e dai eu penso, ter vergonha de receber este dinheiro? Tem que dar graças a Deus de ter este dinheiro, é pouco mais ajuda, tem gente que nem recebe. (CRISTINA, Beneficiária do PBF)

Com a exceção de uma entrevistada, todas as outras desconheciam o programa, algumas passaram a ser beneficiárias a partir do encaminhamento feito pela Secretaria de Assistência Social, mas não chegaram lá solicitando pelo programa e sim relatando suas dificuldades.

Fui indicada pelos outros, por exemplo assim, eu não sabia que ganhava, dai os outros foram me indicando. Me diziam, vai lá que te fazem, por causa das crianças. Só que eu não liguei muito para isso, dai a assistente social me ajudou bastante, logo que eu me separei. Eu criei elas sozinha, fui pai e mãe, quando ele me deixou a mais velha tinha 10 anos. Dai eles me encaminharam. (MARIA, Beneficiária PBF)

Uma delas relatou receber visita da Assistente Social ainda no hospital, assim que seu bebê nasceu e passou a receber o benefício.

Elas não percebem o programa como uma política, mas sim como uma forma de ajudá-las por serem pobres.

Por causa das crianças que passavam muita fome, tem criança que meu deus do céu, eu já vi... Tem famílias que depois que passou a receber, mudou muita coisa. Você via as crianças andar na escola de pé no chão,

agora não, tudo bem arrumadinhos, pra mim isso dai né. (TERE, Beneficiária do PBF)

Sobre a importância do programa as respostas foram unânimes, com exceção da beneficiária, cujos filhos não moravam com ela, o programa é importante para seus filhos. O benefício além de ajudar a comprar alimentos para seus filhos comer, principalmente aquelas que recebem maior valor, contribui para investir nos estudos dos filhos, comprando coisas para incentivá-los como cadernos, canetas e roupas para irem bem vestidos. Uma delas, inclusive, usa quase todo o recurso que recebe no pagamento de curso profissionalizante para sua filha, ela faz curso de informática e de secretária. Todas assimilam o motivo de serem beneficiária ao fato de terem filhos, até mesmo a senhora que não possui mais seus filhos em sua residência, diz não entender como agora é beneficiária, já que quando seus filhos moravam com ela, sempre tentou encaminhar, mas nunca recebeu. Dos relatos, três merecem destaque,

Ah, eu pra mim é muito importante, por que tipo, que nem aonde meu marido trabalha, não de carteira assinada, trabalha ali na erva (empresa de extração de erva-mate), trabalha frio, que nem, por exemplo, na época dessas crises ai trabalha 2 ou 3 vezes por semana e encerrou. Na outra semana é a mesma coisa, não sei até quanto tempo vai isso, senão antes trabalhava a semana inteira. Então ele tira em média R\$ 150,00 a R\$ 200,00 por semana, quando trabalha a semana inteira. Daí é bom (o programa) por que pelo menos compro roupa pra nenê, calçado, coisas pra ela. (TERE, Beneficiária do PBF)

Meu Deus, não tenho nem... eu já comprei um monte de coisa. Inclusive esta casa aqui que eu comprei, foi com dinheirinho do bolsa. A mulher fez parceladinho pra mim dai eu recebia todo mês e pagava pra ela. (ROSE, Beneficiária do PBF)

Pra ajudar né, que todos tenham as mesmas, eu digo, as mesmas oportunidades, por que que nem no colégio a gente vê antes, por que eu já vi criança que não ganhar, que a mãe não ganhava este dinheiro, andava mau vestido, tudo né. Hoje em dia já é mais fácil né. Pega... eu vejo por mim, que as vezes não tem dinheiro, via lá e compra no 10 (referindo a loja de R\$ 10,00), compra dá um pra cada um. Isso facilita bastante. Pra comida também né, que uma vez era tudo muito difícil né pra comprar, hoje se ganha se pode, pelo menos pra um rancho já dá, o básico pelo menos. (PAULA, Beneficiária do PBF)

Sobre as condicionalidades impostas para que continuem sendo beneficiárias, elas são cientes, associam principalmente ao fato de seus filhos ter que estar matriculados e frequentando a escola. Sobre a condicionalidade na área da saúde não foram todas que afirmaram de forma direta. Segundo os relatos, todas elas

acompanham o rendimento de seus filhos na escola, mas o relato de uma, sintetiza o sentimento delas,

Sempre acompanhei o rendimento dele, mas agora cuido mais, é mais responsabilidade. (CLAUDIA, Beneficiária do PBF)

As condicionalidades impostas foi uma forma encontrada pelo governo para obrigar o poder local a ofertar serviços públicos, na área da saúde, educação e assistência social. Questionadas sobre a sua avaliação dos serviços públicos ofertados neste distrito, todas relataram deficiência na área da saúde, avaliando como satisfatório a educação e assistência social. Apesar de haver uma única reclamação da falta de visita das assistentes sociais. Sobre a Unidade Básica de Saúde, tivemos um relato que demonstra a situação,

Posto de saúde, olha menina, é difícil, tem que marcar fica numa quinta, tem que marcar quando vai ficar doente sabe? (risos). É bem difícil. Se você vai às 5 horas da madrugada você não consegue uma ficha e olha onde nós moramos para sair às 5 horas da madrugada! E toca de ir lá é bem difícil, ou vai nas quinta marcar, mas assim mesmo as 10 horas tem que ta lá pra eles marcarem a partir das 13:30 horas. A escola é boa, não tem do que me queixar. A assistente social não faz visita, eles visitam mais as crianças que não vão pra aula. (ROSA, Beneficiária PBF)

Outra questão, não diretamente ligada as condicionalidades, mas sim da necessidade do envolvimento do poder público para acontecer, é a oferta de cursos profissionalizantes. Duas relataram que por um curto período fizeram cursos de artesanato, oferecido pela Prefeitura e foram convidadas a participar por serem beneficiária, mas o curso finalizou e não foi mais oferecido. Outra recebeu um curso de azulejista, sua permanência foi interrompida pela dificuldade de transporte,

Eu fiz o trabalho e cidadania na FASC, [...] tinha que ir lá no centro dai, nós fazia curso de azulejista, era um curso profissionalizante. (CLAUDIA, Beneficiária PBF)

Seus maridos avaliam como bom elas serem beneficiárias do programa, mas poucos conversam sobre isso. A grande maioria discute o orçamento familiar conjuntamente, mas elas acabam tendo total autonomia sobre a utilização do recurso do programa.

Duas questões foram elaborada a parti da leitura do livro *Vozes do Bolsa Família*, uma questão foi se mudaria algo se o cartão estivesse em nome de seus maridos/companheiros e outra se já tiveram seus cartões confiscados. Conforme já relatado, lá para as beneficiárias é fundamental que o cartão esteja em sua titularidade, pois seus maridos gastariam de outra forma. Aqui nesta pesquisa, todas, com exceção de uma, disse que não mudaria nada se estive em nome do marido, pois elas sentam junto com seus companheiros para pensar o orçamento mensal. Até mesmo Cristina e Claudia, que são respectivamente solteira e separada, afirmaram que se estivessem casadas, acreditam que não mudaria nada. A exceção foi de Marcia, segundo ela, só estando no nome dela o cartão ela consegue comprar seu “creme de cabelo”.

Sobre o cartão confiscado por algum comerciante, nos relatos do livro *Vozes do Bolsa Família*, esta situação é bem comum acontecer, os comerciantes confiscam o cartão até que a dívida seja paga. Aqui esta situação é quase que inexistente, somente uma afirmou ter entregado seu cartão ao dono do estabelecimento onde comprou, para que ele fosse diretamente receber o benefício, mas que nunca mais permitiu que isso acontecesse.

Todas elas priorizam comprar coisas no comércio local. Compram no comércio da região central quando as compras são de bens duráveis. Aqui tive um relato surpreendente de Carla, que tem 27 anos, nasceu neste distrito e relatou que foram poucas as vezes que saiu desta localidade. Apenas uma afirmou que melhorou seu acesso ao crédito depois que passou a ser beneficiária, as demais afirmaram que nada mudou.

Questionadas sobre ter o conhecimento de onde vem o recurso que recebem, poucas delas souberam responder, somente uma associou ao retorno dos impostos que pagamos e outras duas associaram ao Governo Federal, uma citando inclusive o nome da Presidente Dilma Rousseff. Aqui também contraria uma questão exposta no livro *Vozes do Bolsa Família*, pois lá, todas elas associavam o programa e o fato dele existir, ao Presidente Lula, principalmente por que o Presidente era pobre e sabia das necessidades que as pessoas passavam.

A questão mais intrigante para esta pesquisa foi sobre o conhecimento delas sobre cidadania e se elas se achavam cidadãos. Não souberam justificar o porquê, em vários momentos tive que refazer a pergunta, pois as respostas fugiam da pergunta, demonstrando desconhecimento a cerca do assunto. As respostas em sua

grande maioria foram associadas ao fato de terem um bom relacionamento na comunidade, de serem honestas ou de serem brasileiras.

Aí, a gente sem estudo nem sabe o que é estas palavras, mas eu acho que eu sou, sou brasileira né. (MARIA, Beneficiária PBF)

Eu me acho uma cidadã, por que cada um... assim, tem um jeito de pensar. Eu acho que sim, não tenho dificuldade, eu me dou com todo mundo, não tenho intriga com ninguém. Se tu não tem intriga com ninguém tu anda de cabeça erguida. (ROSA, Beneficiária PBF)

Apenas uma delas associou ao fato de ter direito, mas sem saber argumentar mais a sua resposta.

Sim, eu me vejo (como cidadã), por que todo mundo tem direito né, a... Sei lá, o que posso te dizer (CLAUDIA, Beneficiária PBF)

. Acredito que suas falas em algum momento foram prejudicadas pelo nervosismo. Uma delas deixou isso evidente o tempo inteiro, suas risadas vinham como forma de mascarar este nervosismo. As respostas curtas e objetivas também podem revelar o receio em falar algo errado e o desejo de encerrar logo o assunto.

#### **4.4 ASPECTOS NORTEADORES PARA REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA COM AS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Foram três os grandes objetivos da pesquisa empírica, a primeira era entender se elas percebem o PBF como uma política social, segundo qual eram suas concepções sobre cidadania e terceiro se elas conseguem perceber o programa com um agente empoderador.

Ficou escancarado a falta de conhecimento do PBF como uma política social, a grande maioria associava ao fato de serem pobres e alguém quis as ajudar, mas vendo isso com uma forma de caridade, não de direito. Isso pode estar diretamente vinculado a ausência de se perceberem como cidadãs, portanto indivíduos com direitos e desresponsabilidade do Estado para com os membros dessa comunidade.

São respostas que ligam o fato de ser cidadã, a ser brasileira, ou por ter um bom relacionamento na comunidade e por não possuir intriga. A maior escolaridade entre as beneficiárias é até a 8º série do Ensino Fundamental, sendo que duas são

analfabetas, talvez este seja um dos motivos por terem dificuldade em compreender algumas questões.

Entendemos aqui cidadão, como o indivíduo provido de direitos, sendo eles, direitos sociais, políticos e civis, para esclarecer estes direitos usaremos conceito de Décio Azevedo Marques de Saes, que utiliza-se das reflexões de Marschal para suas ponderações,

São direitos civis, para Marshall, aqueles direitos que concretizam a liberdade individual, como os direitos à livre movimentação e ao livre pensamento, à celebração de contratos e à aquisição ou manutenção da propriedade; bem como o direito de acesso aos instrumentos necessários à defesa de todos os direitos anteriores (ou seja: o direito à justiça). São direitos políticos, segundo Marshall, aqueles direitos que compõem, no seu conjunto, a prerrogativa de participar do poder político; prerrogativa essa que envolve tanto a possibilidade de alguém se tornar membro do governo (isto é, a elegibilidade) quanto a possibilidade de alguém escolher o governo (através do exercício do voto). Finalmente, os direitos sociais equivalem, para Marshall, à prerrogativa de acesso a um mínimo de bem estar e segurança materiais, o que pode ser interpretado como o acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente. (SAES, 2000, p. 4)

É extremamente preocupante a ausência da consciência de seus direitos básicos, previstos inclusive em nossa Constituição. Obviamente que sempre foi de interesse de uma parcela dominante de nossa sociedade, esta ausência de conhecimento, quanto menos poder de informação se tem, mais concentrados ficam o acesso aos direitos e se transformam em privilégios, ou em moedas para práticas clientelistas, quando só vistas como favores.

Em um país aonde a concentração de capital seja ele, humano, cultural e financeiro sempre esteve concentrado nas mãos de poucos, romper com esta lógica, requer romper com todo o sistema. A naturalização do “fracasso” dos excluídos por sua própria culpa e incapacidade é tão fortemente disseminada, que a alienação chega ao grau máximo de não causar indignações e indagações, resultando num estagnação que permite a imutabilidade desta lógica.

Uma das críticas mais fundamentadas a este programa é o fato de estar se criando uma geração de consumidores e não de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Porém vale ressaltar aqui, que vivemos em um país capitalista, onde toda satisfação e bem estar se dá pelo consumo, pelo poder de compra, pela lógica econômica. Carlos A. L. Christo, mais conhecido como Frei Betto, intelectual



de esquerda, em entrevista a um jornal de circulação nacional, expressa bem esta questão do Programa como um propulsor ao consumo.

[...] teve grandes méritos, como a inclusão econômica de 45 milhões de brasileiros; e teve grandes equívocos, como a não inclusão política. Ao contrário do que a Europa fez no começo do século 20, o governo do PT propiciou, ao conjunto da população brasileira, acesso aos bens pessoais, quando deveria ter iniciado pelo acesso aos bens sociais. A metáfora que utilizo é o barraco da favela. Ali dentro a família tem computador, celular, toda linha branca, fogão, geladeira, micro-ondas, e, no pé do morro, tem um carrinho, devido à facilidade do crédito. Mas a família está na favela. Não tem saneamento, não tem moradia, não tem transporte, não tem saúde, não tem educação, não tem segurança. Resultado: criou-se uma nação de consumistas, não de cidadãos. (FREI BETTO, *Folha de São Paulo*, 2015)

É claro que não podemos reduzir a significância da importância de um programa como o Bolsa Família a críticas de que está se criando consumidores, levando em consideração que é uma política social inserida num sistema econômico capitalista e que este sistema depende do consumo para prosperar. Quanto mais pessoas tendo poder de consumo, aumentam-se inclusive as necessidades, fazendo com que o mercado se diversifique e aumente os índices econômicos. Porém esta não deve ser a preocupação maior do objetivo do programa, pois quem deve prosperar são as pessoas e não o sistema. Essa geração de necessidades para o fortalecimento do sistema é observada por Saes,

"A razão teórica mais geral para a reprodução dessa postura pode ser encontrada na natureza da estrutura econômica capitalista. A produção capitalista tem um caráter infinito, gerando incessantemente novos produtos e novas necessidades. À vista disso, a maioria social, para poder reproduzir sua capacidade de trabalho e se manter destarte inserida no aparelho econômico, tem de incorporar sucessivamente novos produtos à sua pauta de consumo; o que implica a redefinição constante - por ampliação - da configuração dos seus interesses materiais. Assim, independentemente da dimensão simbólica ou ideológica de sua luta (por exemplo: a busca de reconhecimento, respeitabilidade ou dignidade no plano social), as classes trabalhadoras têm de usar a conquista de novos direitos universais como instrumento para a satisfação de interesses materiais em processo de permanente redefinição." (SAES, 2000, p. 12)

Tratando do programa, com uma agente empoderador da mulher beneficiária, em algumas questões podemos encontrar mais dificuldade de análise, pois envolvem subjetividade. Existem questões que são muito subjetivas em uma análise, como perceber se a mulher beneficiária se empoderou de fato? Para se ter uma afirmação com absoluta certeza, teria necessidade de conhecê-las

anteriormente para se fazer comparação entre esta mulher antes e depois de ser beneficiária. As respostas podem nos enganar. Ao perguntar à mulher beneficiária se ela se sente mais autônoma nas decisões sobre a utilização do recursos, todas elas responderam que sim. Mas quando questionada se mudaria algo se estivessem em nome do marido, com exceção de uma, todas afirmaram que não, que o marido aplicaria o recurso da mesma forma. Não podemos concluir se há participação efetiva da mulher nas decisões, ou se suas decisões são totalmente influenciadas pelos seus companheiros, havendo uma relação subalternidade.

Trabalharemos empoderamento através da concepção de Gohn (2004), que indica empoderamento como melhoria nas condições de vida, através do aumento da autoestima, autoconfiança e autoafirmação.

Outros autores também nos ajudam a compreender de que forma se estabelece o empoderamento, que é válido para nossa reflexão. O programa não desenvolve uma ação única e somente com foco individual, mas também ações que envolvem o coletivo. A partir da tabela podemos perceber que o empoderamento se dá pelo Individual; Relacional ou Familiar e Contextual ou Comunitário.

### QUADRO 1: Níveis e foco de empoderamento<sup>9</sup>

Quadro 1  
Níveis e focos de empoderamento

Níveis de empoderamento	Focos
Individual	Melhoria na condição de vida, conscientização, autoestima e autoconfiança
Relacional ou Familiar	Inclusão social, educação, qualificação, capacitação e melhoria das relações familiares
Contextual ou Comunitário	Conquista e defesa de direitos, formação de grupos de apoio, organizações comunitárias, associações e ação social

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Gohn (2004), Bronzo (2008) e Mageste e colaboradores (2008).

Sobre o empoderamento Individual podemos afirmar que houve melhora na condição da vida das beneficiárias entrevistadas. Todas elas afirmam a importância do programa para esta melhora, porém processo de conscientização não ocorre, podemos afirmar isso pela sua dificuldade em se perceberem como cidadãs. Sobre autoestima e autoconfiança ficou evidenciado no decorrer dos contatos e das

<sup>9</sup> Quadro elaborado por MOREIRA, Nathalia Carvalho. et al. para o artigo intitulado: Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social.

entrevistas que elas não são características dessas mulheres, havia presente uma inferiorização em suas falas e falta de confiança, principalmente por suas respostas curtas, demonstrando o receio de falar algo errado.

Sobre o empoderamento Relacional ou Familiar, quando trata-se de inclusão social, qualificação e capacitação o programa preocupa-se além da transferência de renda, oportunizar a qualificação e capacitação destas mulheres, são várias as experiências relatadas em âmbito nacional. Porém no âmbito local percebemos a ausência destas oportunidades, somente duas relataram que participaram de cursos na confecção de artesanato, mas que não faziam mais, em razão de que o curso não estava mais sendo ofertado e uma que participou de um curso de azulejista, porém não terminou o curso pela dificuldade de transporte. Na educação não há um estímulo para que elas concluam seus estudos, o que poderia ser uma condicionalidade também. Outra questão que podemos problematizar é uma comparação apresentados no subcapítulo anterior, no qual diz que foram ofertados no ano de 2014, 1.134 vagas em cursos profissionalizantes, deduzimos que tivemos um problema com a amostragem ou o público alvo para oferta destes cursos foram de outras localidades da cidade.

Sobre o empoderamento Contextual ou Comunitário, o programa pretende reforçar o acesso a pelos menos alguns direitos básicos, como saúde, educação e assistência social. Porém mesmo com o relato das mulheres que a saúde era o principal ponto de insatisfação, isso não as motivou para a defesa deste direito, buscando a sua melhoria. O que se percebeu foi uma certa conformidade quanto a Unidade Básica de Saúde estar naquela situação. Na formação de grupos de apoio, organizações comunitárias, associações e ação social, entre as mulheres entrevistadas não se relatou este envolvimento. O único envolvimento delas com a comunidade se dá principalmente pela escola, comparecem à escola, mas somente quando são chamadas, assumindo uma posição de expectadores, não de promotoras e defensoras de seus direitos. A avaliação sobre a escola foi satisfatória em todas as entrevistas, mas devemos nos questionar que parâmetro de qualidade de educação e escola estas mulheres têm? Haja vista a sua própria baixa escolaridade.

Vale aqui analisarmos se o programa não esta inclusive reforçando o papel historicamente dado como “natural” às mulheres na sociedade. As entrevistadas em sua grande maioria investem a maior parte do recurso em seus filhos, comprando roupas, calçados material escolar, além de ajudar na compra de alimentos. O

acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público identificar outras demandas em função destas famílias ainda permanecerem em situação de risco social e vulnerabilidade. Estas famílias passam a ser mais diretamente acompanhadas pelo serviço de assistência social, realizando um diagnóstico social de cada indivíduo. Para o MDS estas ações são necessárias, pois elas permitem uma visão ampla dos municípios e estados, promovendo ações pontuais do Programa ou aprimoramento das políticas públicas.

Podemos perceber que são ações extremamente necessárias para o monitoramento desta política, em meio a sua grandiosidade e complexidade, fica até difícil de fazer um diagnóstico crítico ou apontar falhas neste ciclo, porém podemos sim refletir sobre em quem está recaindo a maior parte da responsabilidade pelo acompanhamento das condicionalidades.

As condicionalidades podem sim, reforçar o papel da mulher no âmbito doméstico como a cuidadora, já que por ser a responsável pelo recebimento do recurso, pode entender que esta responsabilidade é somente sua.

[...] a imposição de condicionalidades, nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social pode gerar, para as mulheres em situação de extrema pobreza, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas á reprodução social, impactando o tempo e o trabalho das mulheres, além de reforçar papéis tradicionais na esfera dos cuidados. (CARLOTTO & MARIANO, 2012, p. 259)

Já discutimos aqui, que o público, culturalmente, pertence ao homem e o privado à mulher, ou seja, o cuidado com a casa e os filhos, recaem sobre a mulher, como papéis de gênero que são construídos culturalmente. O programa de uma certa forma pode corroborar com esta visão. Segundo FERREIRA & MARIANO (2014), o Estado contribui para esta divisão e inclusive pode legitimar a própria omissão do Estado na ampliação de serviços públicos.

“Porem, entendemos que o Estado tem papel fundamental para minimizar tais divisões. Reproduzir as divisões de papéis pode significar a omissão em algumas áreas como a garantia de emprego formal e a educação de primeira infância. [...] na contra mão disso, a posição do Estado tem sido em continuar a relacionar a mulher ao mundo privado, por meio de programas como o Bolsa Família, programa que teria a potencialidade de proporcionar certas autonomias, tanto da mulher como dos outros membros da família, a partir de um olhar sob o indivíduo e da perspectiva de gênero, orientada para a promoção de igualdades ou equidades” (FERREIRA & MARIANO, 2014, p. 7)

Romper com a desigualdade de gênero, não é algo simples e nem se conseguirá de imediato, são concepções que foram enraizadas culturalmente em nossa sociedade, de tal forma que impossibilita a própria crítica de muitas mulheres que se encontram nessa situação. O Programa deve se preocupar além da transferência de renda, em articular ações que possibilitem a formação do capital humano destas mulheres. De que forma o programa poderia promover estas ações? Podemos citar aqui como exemplo, o governo Chileno, em 1991 através do *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM), como relatado por Novelino, criou um programa para Mulheres chefes de domicílios com o objetivo de aumentar a renda, o bem-estar e combater a discriminação de gênero, este projeto não incluía distribuição de renda. Após este projeto piloto, em 1995 foi implantado em nível nacional o *Programa de Formación Integral para Mujeres Jefas de Hogas – Asignación Familiar Temporal*, e este previa distribuição de renda por seis meses, mas trabalhava principalmente a formação humana da mulher,

“A formação humana (empoderamento) foi realizado em parceria com a Universidade de Costa Rica e ONG’s. Este treinamento compunha-se de: análise da situação da mulher; reflexão sobre autoestima, informações sobre direitos legais a vida sem violência; saúde; orientação ao trabalho; instruções sobre esquema para organização, liderança, cidadania e participação política” (NOVELINO, 2004, p. 14)

Com base em estudar sobre o tema, Novelino expõem que as políticas públicas para as Mulheres em países em desenvolvimento trabalhavam as seguintes abordagens, a) Bem-estar social; b) Equidade; c) Contra a pobreza; d) Eficiência e o e) empoderamento.

O tema empoderamento passou a ser discutido principalmente a partir de 1975, após a *I Conferência da Mulher*, sendo uma ação do Movimento Feminista e demais organizações comunitárias. A sua concepção era através de programas estimular a confiança das mulheres em si, fazer compreender a questões de gênero, capacitar estas Mulheres tanto para o mercado de trabalho e para as atividades políticas, estimulando-as para concorrem a cargos políticos. É importante ressaltar que neste momento acreditou-se na transformação da Mulher, não tanto pela lei, mas pela mobilização política, afirmando que o empoderamento é um processo que se dá de baixo para cima.

Esta concepção de empoderamento como um processo que se dá de baixo para cima seria um ótimo exemplo que o PBF poderia absorver a sua política e efetivamente promover e ampliar o empoderamento para as mulheres beneficiárias.

O PBF é uma política que completou em 2015, 12 anos de história. A maioria dos dados retratados aqui, principalmente os de nível nacional, são de 2013, mas de lá para cá, não deve ter ocorrido muitas mudanças. O programa frente à história da formação de nosso país, principalmente no que se refere às desigualdades, ainda engatinha. E promover uma alteração drástica nestes dados, requer alterações em toda estrutura base da nossa sociedade. São indivíduos pobres e carentes de muitos direitos, como frisa Rego e Pinzani, mas o programa dá o primeiro passo para garantir o primordial de todos os direitos, o direito à vida.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família vem se destacado mundialmente pelo seu objetivo e por seus resultados alcançados. Elogios são tecidos por intelectuais, autoridades políticas e líderes de diversas organizações, como do Fundo Monetário Internacional (FMI), da UNESCO (Agência da ONU, para Educação e Cultura), entre outros. Contudo é um programa que, pela sua magnitude e poder de alcance, acaba ficando vulnerável a críticas também.

Precisamos estar cientes que falamos de um programa que tenta acabar com a fome em pleno século XXI e que comprova o quão desigual é a distribuição de renda em nosso país, pois a fome ainda existe em um país que é autossuficiente em produção de alimentos.

Não é a toa que hoje se fala muito em Direitos Humanos, isso é reflexo da violação escancarada dos direitos para uma parcela da população. Implicando justamente na deficiência de uma cidadania e, por isso, a necessidade de políticas sociais como essa para corrigir as distorções e minimizar efeitos da concentração de renda.

Como política de distribuição de renda, o programa está cumprindo seu objetivo e garantindo, em muitos casos, o direito básico à vida. Além disso, tenta pela condicionalidade da educação, romper com o círculo de pobreza da família. A probabilidade de se inserir no mercado de trabalho tendo uma qualificação melhor é maior.

O Programa Bolsa Família é visto como uma das principais bandeiras do atual Governo. Para muitos, em críticas mais severas, é ele quem garante o eleitorado deste governo, mas não é considerado que quem operacionaliza localmente esta política são os gestores municipais e são estes que tem o contato direto com os beneficiários. Conseqüentemente, se pensando em barganha eleitoral, sairiam favorecidos. Diferentemente do que é retratado no livro *Vozes do Bolsa Família*, aqui as beneficiárias tiveram dificuldade em associar a política ao governo, talvez isso esteja mais presente na região entrevistada por Rego e Pinzani, por se tratar de regiões onde a figura do então presidente Lula era vista como herói, que saiu do meio dos pobres e entende a realidade deles.

Em discussão sobre o Orçamento da União para 2016, a proposta inicial era de cortar R\$ 10 bilhões dos R\$ 28 bilhões destinados ao programa. Como justificativa, o relator do projeto de orçamento para 2016 afirmou que o ajuste fiscal é necessário em função da atual crise econômica em que o país se encontra e a necessidade de medidas para equilibrar o orçamento da União. Em resposta, a presidente Dilma Rousseff afirmou que essa medida seria o mesmo que atentar contra 50 milhões de brasileiros e que o programa é prioridade para seu governo, assim como foi para o ex-presidente Lula.

Existem disputas ideológicas em torno do programa, de um lado os que defendem o Bolsa Família como um programa social que visa a inclusão social de milhões de brasileiros e a distribuição de renda como garantia de qualidade de vida. Do outro, os que afirmam que é apenas um programa assistencialista do governo, que forma uma geração de acomodados e que retribuirão esta assistência em forma de voto.

Precisamos considerar que o Brasil tem mais de 500 anos de história, fortemente marcados pelo processo de opressão, exclusão e negação de direitos a uma grande parcela da sociedade. A construção de uma nação com povo cidadão, tardou, falhou e ainda falha.

As histórias de vida aqui encontradas contêm muitas semelhanças, como o baixo grau de escolaridade, por exemplo. Por mais que seja um tema que pessoalmente me sensibilize muito, por envolver histórias de vida além de dados e, principalmente, por se tratar de distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais, foi possível perceber que o programa contém falhas quanto à necessidade de trabalhar mais a noção de direitos básicos, para tornar de fato estas pessoas cidadãs e, principalmente, para que elas se percebam como cidadãs.

Algumas atribuições são de única e exclusiva responsabilidade do governo federal, porém algumas ações para aprimorar este programa são de responsabilidade dos estados e municípios, pois cada um possui sua especificidade e demandas diferentes. Inclusive, alguns estados e municípios já tem esta prática, como os divulgados no *Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social – Edição Especial: Bolsa Família 10 anos*, onde foram socializadas ações e boas práticas desenvolvidas por Estados e Municípios para melhorar a gestão, o monitoramento e a integração do Programa a outras políticas públicas.



É necessário boa vontade e grande envolvimento dos gestores municipais para tornar esta política social mais eficaz. Ainda mais que programa tem como um de seus preceitos a responsabilidade do poder local e estadual na participação social. Embora a maioria dos estudos sobre o programa aponte que, mesmo timidamente e com falhas, o Bolsa Família promove a cidadania - buscando a conscientização do indivíduo como ser social e dotado de direitos -, o Governo assume então um caráter preocupado com a cidadania do consumidor. Recentemente, na página oficial da presidente Dilma Rousseff, em um site de relacionamento, foi feita a seguinte publicação.

Nos últimos 13 anos, nós tiramos 36 milhões de pessoas da pobreza e elevamos 40 milhões à classe média. Isso significa que transformamos milhões de pessoas que estavam excluídas em consumidores. Como nós sempre dizemos, o fim da pobreza é só o início – início do quê? -, da cidadania do consumidor. E, por isso, a regulamentação das relações de consumo é parte intrínseca da agenda de desenvolvimento econômico e social que implementamos no Brasil. Ao construirmos e tornarmos milhões de milhões de pessoas consumidores, ao terem acesso a serviços e bens, essas pessoas passam a ter de fato a plena cidadania. Mas elas só têm seus direitos assegurados se elas tiverem acesso a todos os processos que implicam esta relação, inclusive, e fundamentalmente, o direito de defender o que querem enquanto consumidores.

Em sua exposição, a Presidente não está se referindo diretamente ao PBF, mas o número de pessoas que saíram da linha da pobreza confere com os dados divulgados pelo governo sobre o programa. Portanto, aos olhos do governo, são cidadãos consumidores e há uma preocupação em regulamentar esta cidadania, principalmente na defesa do que estes cidadãos querem enquanto consumidores. Pensar esta concepção de cidadania não é equivocado, equivocado seria reduzir estas pessoas a somente cidadãos consumidores.

Outras várias reflexões e pesquisas abrem com a conclusão desta. Acompanhar estas mulheres por um período mais longo e compreender as relações de gênero que elas estabelecem no seu dia-a-dia para então poder mensurar o empoderamento da mulher beneficiária, objetivo inicial desta pesquisa, bem como analisar se em prefeituras onde a gestão é de partidos da base do governo federal a implantação e acompanhamento desta política se estabelece da mesma forma.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza**. Estudos Avançados, n 9, p 75-116, 1995.

CAMARGO, Camila Fracaro. *et al.* **Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: O que o Cadastro único revela?** In. CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes (ORG.). Programa Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania. Brasília-DF: IPEA, 2013.

CARLOTO, Cassia Maria & MARIANO, Silvana Aparecida. **Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família**. Porto Alegre: Textos & Contextos. v. 11, n. 2, p. 258 - 272, ago./dez. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, v. 40, n. 2, 1997.

CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. **“Temo que a presidente Dilma renuncie”, diz Frei Betto**. Folha de São Paulo. São Paulo, 09 de Ago. de 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1666232-no-intimo-eu-temo-que-a-presidente-dilma-renuncie-diz-frei-betto.shtml>

COHN, Amélia. **Políticas Sociais e Pobreza no Brasil**. Planejamento e políticas Públicas n° 12 - jun/dez de 1995. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/138/140>. Acessado em 21 de Nov. de 2015.

FERREIRA Linha Penati & MARIANO, Silvana Aparecida. **Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres?** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

FIORI, José Luiz. **O nó cego do desenvolvimento Brasileiro**, In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1994, n°40.

GOHN, M.G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acessado em 28 de Set. de 2015.

INSTITUTO LULA. **Brasil comemora dia mundial da alimentação fora do mapa da fome**. Disponível em <http://www.institutolula.org/brasil-comemora-dia-mundial-da-alimentacao-fora-do-mapa-da-fome>, acessado em 28 de Outubro de 2015.

JANUZZI, Paulo de Martino & PINTO, Alexandro Rodrigues. **Bolsa Famílias e seus impactos nas condições de vida da população Brasileira: Uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II**. In. CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes (ORG.). Programa Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania. Brasília-DF: IPEA, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. *Estudos Avançados*, n. 17, p 151-167, 2003.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **The Guardian: Bolsa Família dá poder às Mulheres**. Disponível em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/33321>, acessado em 10 de Junho de 2014.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família reforça autonomia e autoestima das mulheres**. Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2007/marco/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>, acessado em 20 de Outubro de 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Condicionalidades**. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades#cond4>, acessado em 30 de Outubro de 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Mais de 3 milhões de famílias deixam voluntariamente o Bolsa Família**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/mais-de-3-milhoes-de-familias-deixam-Bolsa-familia>, acessado em 10 de Outubro de 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **10 Anos de Bolsa Família, nossa vida melhorou**. Disponível em: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br>, Acessado em 10 de Abril de 2014.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família recebe o Prêmio Internacional no Catar por desempenho extraordinário**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/novembro/bolsa-familia-recebe-premio-internacional-no-catar-por-desempenho-extraordinario>, Acessado em 08 de Abril de 2014

MOREIRA, Nathalia Carvalho. et al. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2012, vol.46, n.2, pp. 403-423.

NOVELINO, Maria Salete F. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de Outubro de 2004.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. et al. **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social**. *Serv. Soc, Soc.*, Mar 2011, n° 105, p. 167-179.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RÊGO, Walquíria Domingues Leão & PINZANI, Alessandro. **Liberdade, Dinheiro e Autonomia: o caso do Programa Bolsa Família**. In. CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes (ORG.). Programa Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania. Brasília-DF: IPEA, 2013.

REGO, Walquiria Leão. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família**. São Paulo: Lua Nova, 147-185, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ROUSSEFF, Dilma. **Cortar o bolsa família é atentar contra 50 milhões de brasileiros**. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cortar-bolsa-familia-e-atentar-contr-50-milhoes-de-brasileiros-diz-dilma.html>. Acessado em 01 de Dezembro de 2015.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campos, 1975. p 64-69

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. In. GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia da. (ORG.) Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo – SP: Coordenadoria Especial da Mulher – SGM e Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

SOARES, Vera. **Políticas Públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes**. In. GODINHO, Tatau, SILVEIRA, Maria Lúcia da. (ORG.) Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo – SP: Coordenadoria Especial da Mulher – SGM e Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira – Quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

## ANEXO

## Anexo A: Roteiro de perguntas realizadas as beneficiárias

- 1) *Nome / Idade / Sexo / Escolaridade / Estado civil*
- 2) *Exerce alguma profissão remunerada? Trabalhou em algum período enquanto recebeu o benefício? Se não trabalha atualmente, já trabalhou anteriormente?*
- 3) *Filhos? Quantos?*
- 4) *Arranjo familiar*
- 5) *Beneficiária do Programa Bolsa Família há quanto tempo? Como se tornou beneficiária? Como conheceu o Programa?*
- 6) *Qual é o valor do seu benefício?*
- 7) *Quem vai até o banco para receber o benefício?*
- 8) *Qual é a importância deste programa para você?*
- 9) *Você conhece outras pessoas que recebem o benefício?*
- 10) *Ao que você atribui o fato de você ser beneficiária deste Programa?*
- 11) *Em que você aplica o recurso recebido?*
- 12) *O que você precisa fazer para continuar sendo beneficiária? Você já tinha estas atitudes antes? Já teve algum corte no recurso, sabe o motivo?*
- 13) *Qual é sua avaliação ao acesso a serviços públicos, como saúde, educação e assistência social?*
- 14) *Passou a ter mais crédito no mercado local, após passar a ser beneficiária do Programa?*
- 15) *Já teve seu cartão confiscado por algum comerciante?*
- 16) *Quem é a titularidade do cartão? Por quê você é a titular?*
- 17) *Mudaria alguma coisa se estivesse no nome de seu marido? Como você acha que ele usaria o recurso?*
- 18) *Quem administra o dinheiro da família? E o recurso do Bolsa Família? Vocês discutem coletivamente como usar o recurso ou é você que toma as decisões? O que seu marido pensa sobre este programa?*
- 19) *Causa-te algum tipo de constrangimento ser beneficiária do Programa?*
- 20) *Você acha que todos os brasileiros são cidadãos? Você se acha uma cidadã?*

- 21) *Por que você acha que os Governos fazem um programa como esse? O que você acha de algumas famílias receberem este recurso de forma permanente? De onde você acha q vem o recurso que as famílias recebem?*
- 22) *Participa ou participou de algum programa de qualificação profissional em função de ser beneficiária do Programa? Qual?*
- 23) *Se você pudesse contribuir para melhora do Programa, qual seriam as mudanças necessárias?*